

# EDUCAÇÃO e --- TECNOLOGIA



Revista do Instituto Politécnico da Guarda

## **EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

**Propriedade**  
Instituto Politécnico da Guarda

**Director**  
Álvaro Bento Leal

**Redacção**  
Serviços Centrais do I.P.G.  
Av. Dr. Francisco Sá Carneiro nº 50 \* 6300 Guarda  
Telef. (071) 220 111 \* Telecópia (071) 222690

**Composição**  
Centro de Audiovisuais e Publicações

**Execução Gráfica e Impressão**  
Secção de Reprografia do I.P.G.

**Periodicidade**  
Semestral

**Tiragem**  
1.000 ex.

**Depósito Legal**  
nº 17.981/87

nº XIX \* Fevereiro 1997

Capa: Laboratório de Geotecnia da ESTG

## Desafios da evolução

O Instituto Politécnico da Guarda tem matizado o percurso, e o seu progresso, através da capacidade em formar profissionais qualificados, preparados para as solicitações constantes, e diferenciadas, dos tempos modernos.

E essa capacidade tem passado, naturalmente, pelo empenho na criação de um corpo docente estável, assegurando uma mentalidade aberta e cooperante entre os vários sectores e níveis do Instituto, aproveitando, simultaneamente, os recursos ao nosso alcance.

Neste contexto não poderia deixar de mencionar o estreitamento de relações com outras instituições de ensino superior, de que tem resultado uma colaboração directa dos seus recursos humanos; podemos, a título de exemplo, falar, nomeadamente, da Universidade de Coimbra e da Universidade da Beira Interior.

Actualmente, e ainda nesse plano, estão abertas novas perspectivas que passam pela cooperação com a Universidade Pontifícia de Salamanca, e as quais se vão reflectir através da Escola Superior de Educação.

A ESE assinala, no corrente ano lectivo, o seu décimo aniversário, efeméride que, justamente, tem vindo a ser realçadas; Escola Superior a que se abrem, com as previstas alterações da Lei de Bases do Sistema Educativo novos desafios, aliás emergentes da necessária evolução.

Álvaro Bento Leal  
Presidente do IPG

# O ENSINO PRIMÁRIO NO CONCELHO DE TONDELA (1850-1910)

---

António Manuel Matoso Martinho\*  
Carlos Figueiredo Lunet\*\*

---

## A ESCOLA , O ESTADO E A SOCIEDADE NO PORTUGAL LIBERAL

Em Portugal, até ao século XVIII, a instrução das primeiras letras era praticamente inexistente. Foi com o Marquês de Pombal, pelo diploma de 6 de Novembro de 1772, que surgiu a primeira legislação que mandava abrir e pôr em funcionamento, em cidades e vilas do reino, 479 escolas oficiais<sup>(1)</sup> entregues a

---

Revista "Educação e Tecnologia". Vol. XIX, Fevereiro de 1997.

\* Prof. Coordenador na E.S.E.

\*\* Professor efectivo na Esc. Sec. de Tondela.

(1) - *Colecção das leis, decretos e alvarás que compreende o feliz reinado del-Rei fidelíssimo D. José o I, Nosso Senhor, Ano de 1770, Tomo III.* Lisboa, na Oficina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentíssimo Cardeal Patriarca, MDCCCLXXI; *Colecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das ordenações, redigidas pelo desembargador António Deigado da Silva. Legislação desde 1763 a 1774.* Lisboa, Tipografia Maigrense, 1829, págs. 612-615.

A Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772 é um documento importante «porque cria a instrução primária oficial» e, além disso, é acompanhada dum *Mapa dos Professores e mestres das escolas menores e das terras em que se acham estabelecidas as suas aulas e escolas neste Reino de Portugal e seus Domínios.*

Para que a *Carta de Lei* fosse exequível foi instituído por diploma de 10 de Novembro o *subsídio literário*: «Nestes Reinos e Ilhas dos Açores e Madeira [estabeleço o imposto] de um real em cada canada de vinho; e de quatro reis em cada canada de aguardente; de cento e sessenta reis em cada pipa de vinagre; na América e na África, de um real em cada arrátel de carne da que se cortar nos açougues; e nelas e na Ásia, de dez reis em cada canada de aguardente das que se fazem nas terras, de baixo de qualquer nome que se lhe dê ou venha

professores que seriam devidamente examinados, tentando neutralizar a exclusividade dos Jesuítas no domínio de uma educação profundamente imobilista<sup>(2)</sup>

Apesar dos esforços de Pombal, só a partir de 1820 se assistiu, em matéria de legislação, a uma alteração nos objectivos da educação. De facto, foi uma constante da história do ensino em Portugal que uma alteração no processo político se repercutisse imediatamente na educação, em particular no ensino primário.

A escola, lugar onde tradicionalmente se ministrava o ensino, era o meio pelo qual o "status" social dominante satisfazia os seus próprios interesses e controlava as forças e os meios de produção. Assim, o sistema escolar teve necessidade de se ajustar à nova ordem económica e social sempre que, em cada momento da História, a ordem existente foi alterada. Por isso, após a morte do Marquês, muitas escolas foram encerradas. Das 479 fundadas por Pombal só metade funcionavam e, até à revolução de 1820, não abriram mais de 21 escolas de ensino elementar<sup>(3)</sup>.

Com a revolução de 1820, o fervilhar das ideias em torno do que devia ser a educação em Portugal não mais parou. A Revolução e a Constituição de 1822 que dela derivou, representavam o início da ascensão de uma nova classe, de uma nova burguesia ao Poder que, mais do que uma promoção nobiliárquica, pretendia ter nas mãos o destino do país.

a dar, in *Colecção de Legislação...desde 1763 a 1774*, Lisboa, 1829, pág. 617. Um alvará da mesma data, estabelece a forma de arrecadação do subsídio literário (*idem*, págs. 619 - 622) e, ainda um outro, da mesma data, cria uma Junta para a sua administração (*idem*, págs. 622 - 625).

Por Alvará de 11 de Novembro de 1773 foram criadas mais 47 cadeiras das primeiras letras, sendo 46 no Reino e 1 no Ultramar, in *Sinopse ou índices cronológico e alfabético da legislação relativa à instrução primária*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1848, pág. 5. O ensino primário oficial para o sexo feminino foi criado por diploma de 31 de Maio de 1790, que cria em Lisboa, 18 cadeiras (*idem*, pág. 5), que no entanto só veio a ser posto em execução em 1815.

Ver: Joaquim Ferreira Gomes, *O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982, págs. 7 - 23; *Estudos para a História da Educação no século XIX*, Coimbra, Livraria Almedina, 1980, págs. 7 - 72; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Edit. Verbo, 1982, pág. 254; J. Montalvão Machado, *No II Centenário da Instrução Primária (1772 - 1972)*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional, 1972, págs. 108 - 117; Luis de Albuquerque, *Notas para a História do Ensino em Portugal*, Coimbra, 1960.

(2) - Luis Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues, *A revolução de 1820 e a instrução pública*, Porto, Paisagem Editora, 1984, págs. 7 - 38.

(3) - Joaquim Ferreira Gomes, *O Marquês de Pombal e as reformas do Ensino*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982, págs. 25 - 73; Luis Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues, *A revolução de 1820 e a Instrução Pública*, Porto, Paisagem Editora, 1984, págs. 31 e segs.; José Matoso (coord.), *História de Portugal - o Liberalismo*, vol. V, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, págs. 616 - 618.

A revolução liberal, produto de intelectuais com a convicção de serem protagonistas de uma nova sociedade, necessitada de uma nova cultura adequada à sua transformação, estabelecia, assim, um compromisso do intelectual com a sociedade, segundo a matriz iluminista partilhada pelo romantismo português, fortemente ligado ao liberalismo, e caracterizada pelo papel determinante da cultura na transformação das mentalidades (4).

Sendo o clero o potencial orgânico da antiga cultura, era necessária a secularização dos intelectuais, agentes da cultura e do ensino, de forma a levar à afirmação duma consciência Nacional. A defesa do Estado laico, às vezes confundida com o mais exarcebado anticlericalismo, foi uma constante da propaganda liberal e republicana do século XIX.

Os intelectuais românticos tinham a consciência de estarem a contribuir para a emergência de um novo conceito de Nação - não o do súbdito mas o do cidadão - um espaço mais homogêneo e mais unificado, para o que era necessária a revolução escolar.

A revolução liberal (1820) trazia condições políticas favoráveis ao progresso da instrução pública. O Congresso Constituinte proclamava a garantia estadual da instrução elementar generalizada e defendia a habilitação literária correlativa como condição do exercício do sufrágio. A falta de estabilidade política, porém, não permitia realizar um projecto de sistema educativo (5).

Em 1821, por decreto de 28 de Junho, foi instituída a liberdade de ensino, criaram-se escolas e melhorou-se a situação profissional dos professores primários. Com a vitória da Revolução abriram-se em poucos meses 59 novas escolas de aprender a ler(6). Em 1823, com o regresso do absolutismo e

(4) - Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues, ob. cit., págs. 31 e segs.

(5) - Ver nota 4.

(6) - *Sinopse ou índices cronológico e alfabético da legislação relativa à Instrução Pública*, Coimbra, 1848. O Decreto de 28 de Junho de 1821 determinava «que seja livre a qualquer cidadão o ensino, e abertura de escolas de primeiras letras, em qualquer parte do Reino, quer seja gratuitamente, quer por ajuste dos interessados, sem dependência de exame, ou de alguma licença.» (*Diário das Cortes Constituintes*, Tomo I, pág. 153).

A dignificação do vencimento dos mestres das «primeiras letras» foi objecto de debate nas Cortes Constituintes. Assim, a proposta apresentada pela Comissão de Constituição no seu artigo 215 afirmava: «Aos mestres destas escolas se assinarão ordenados bastantes para que sejam pretendidas por pessoas dignas de tão importantes cargos», tendo-se Caetano de Macedo batido para que este princípio ficasse consignado na Constituição. Foi, porém, eliminado no artigo 237, em que foi convertido o artigo 215. No entanto, já havia legislação no sentido de actualizar o vencimento dos professores e de lhes conceder a jubilação. Por Aviso de 24 de Abril de 1821, as Cortes arbitraram o ordenado de 90\$000 aos professores das primeiras letras (*Diário das Cortes Constituintes*, Tomo I, pág. 670), embora existissem condições especiais para os de Lisboa, para os de certas ilhas, como por

suspensa a Constituição, foram encerradas as escolas particulares para dar caça aos jacobinos, o comportamento político dos professores implacavelmente analisado e cerca de metade das escolas primárias foram encerradas (7).

Com o triunfo do liberalismo em 1834, o arranque, embora lento, no processo de ampliação do ensino primário, teve o seu início. O cidadão devia ser habilitado a intervir no sufrágio, nas sentenças judiciais (jurados), no debate público da imprensa e das assembleias, porque a Nação era constituída pelo conjunto de todos os seus habitantes e, assentando a soberania da Nação na inteligência nacional, esta só podia valorizar-se por meio da instrução popular.

Todavia, a difusão do ensino popular encontrou obstáculos consideráveis ao longo da monarquia. Os textos e projectos legislativos, com vista a uma instrução primária generalizada, animados por um humanitarismo liberal-democrático e pela identificação do interesse nacional com a causa popular, defrontaram, frequentemente, obstáculos difíceis de transpor, não encontrando sempre apoio no Parlamento nem na grande massa rural do País, indiferente e hostil a uma política que acarretava mais encargos do que benefícios (8).

O facto de se estar numa sociedade que não produzia demasiados bens de consumo e que suportava um elevado índice de mortalidade em tenra idade, e o uso generalizado de mão-de-obra infantil, levava o homem do século XIX a pensar a criança, particularmente em idade escolar, desde cedo, com um lugar determinado na sociedade.

---

exemplo a Terceira, e ainda para os que tivessem lido formação nas escolas normais; e por Decreto de 29 de Setembro de 1821 concederam jubilação, com vencimento por inteiro, a todos os professores que regessem as respectivas aulas durante 30 anos seguidos ou interpolados (*Diário das Cortes Constituintes*, Tomo III, págs. 2464 - 2465).

Ver, Luis Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues, *A Revolução de 1820 e a Instrução Pública*, Porto, Paisagem Editora, 1894.

(7) - Rafael Ávila de Azevedo, *Tradição Educativa e Renovação Pedagógica - Subsídios para a História da Pedagogia em Portugal - século XIX*, Porto, 1972; Filipe Rocha, *Fins e Objectivos do Sistema Escolar Português. I - Período de 1820 a 1926*, Aveiro, Paisagem, 1984; António Nóvoa, *Le Temps des Professeurs*, vol. I, Lisboa, INIC, 1987; Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1986.

(8) - Ver obras citadas na nota 7 e Joaquim Ferreira Gomes, "O Direito à Educação nas Constituições Portuguesas" e "A Introdução e o Prolongamento da Obrigatoriedade Escolar em Portugal", in *Novos Estudos de História e Pedagogia*, Coimbra, Livraria Almedina, 1986, págs. 97 - 113 e 115 - 154; "Da Directoria-Geral dos Estudos ao Ministério da Educação", in *Estudos de História e Pedagogia*, Coimbra, Livraria Almedina, 1984, págs. 7 - 39.

Dentro do quadro das ideias românticas e liberais a escola primária tinha uma posição de privilégio e todos os políticos se sentiam obrigados a consagrar-lhe homenagens oratórias. A realidade, porém era diferente do discurso.

Apesar da abundante legislação produzida, durante um século, não tivemos escola para todas as crianças, porque *«não há escola sem lazer e não há lazer para todos senão numa economia de abundância»* (9).

Assim, as formas comuns do pensamento pareciam manter uma profunda ligação com os valores do Portugal tradicional, de estrutura agrária desprezada a favor de uma "política de transportes", com valores culturais que se prolongavam nos tempos.

Os valores da burguesia forcejavam por se afirmar em Portugal devido ao fraco desenvolvimento da industrialização. Uma burguesia limitada, um quase inexistente operariado, um povo numeroso cronicamente mal alimentado e dominado pelo tradicional fatalismo, *«uma plebe monástica e secular»*, no dizer de Oliveira Martins, uma sociedade agrícola, onde a igreja e o analfabetismo tinham grande peso, levavam as elites, voluntariosas, a perceberem a necessidade de transformação da cultura e da mentalidade, muito embora com fortes resistências à intervenção do Estado na implementação do ensino obrigatório, num choque profundo entre os projectos das elites e a capacidade de aceitação da sociedade. Tendo em conta as fortes contradições político-ideológicas, as diferenças sociais, culturais e económicas que existiam na sociedade portuguesa, qualquer que fosse o sentido da mudança, ela provocava resistências por parte de estratos da sociedade que se sentiam prejudicados pela transformação e que podiam mesmo bloquear o processo. Os homens que aprendiam a ler e a escrever já se não resignavam a viver da enxada, e os legisladores eram proprietários que procuravam a forma de conservar a paz campestre sem comprometer a pureza dos princípios. Por outro lado, a burguesia defrontava-se com o perigo de criar um proleteriado instruído, que fosse fonte de desequilíbrio das estruturas económicas, sociais e políticas vigentes, criando as condições para pôr em causa a continuidade da hegemonia burguesa. Esta situação levou a que se legislasse muito mas se tivesse posto em prática muito

(9) - Joaquim Ferreira Gomes, *A Educação Infantil em Portugal*, Lisboa, INIC, 1986, págs. 10 e 128.



pouco. O sistema escolar português não ultrapassou, por isso mesmo, os limites dos estreitos interesses económicos e culturais da burguesia, mais interessada com a instrução média e superior dos seus jovens e não com a primária que não os "especializava".

Aqui, como noutros países, a educação primária era vista sobretudo como servindo para "moldar as almas", para fins morais, religiosos e sociais, e apenas subsidiariamente para desenvolver nas crianças capacidades mais ou menos técnicas, que pudessem um dia trazer-lhes benefícios económicos. A instrução primária servia para inculcar a legitimidade das instituições, a aceitação da ordem social e o respeito pela religião oficial e pelas leis. A alfabetização, em si, era somente o caminho para atingir estes objectivos <sup>(10)</sup>.

A obrigatoriedade da frequência escolar foi estabelecida desde 1835 e essa garantia de instrução a todos os cidadãos, que o liberalismo postulava, era necessária ao funcionamento de uma democracia. Para que o Estado democratizasse a sociedade tinha que ser um estado pedagogo, segundo o modelo francês de ensino público, laico e gratuito <sup>(11)</sup>.

(10) - Na perspectiva do Conselho Superior de Instrução Pública, no seu Relatório de 1846/47, a escola, instituição socializadora da nova ordem, devia disciplinar o corpo e o vício, enquanto o professor, formador de alunos, estaria ao serviço da Pátria no combate à influência de Roma.

Em 1903, Agostinho de Campos questionava se o mal do analfabetismo do povo consistia apenas na falta de frequência de escola, que não existiam, e na falta de procura de um ensino primário, que não prestava, ou na parte pensante do país, que denunciava o orgulho que impedia o povo de ver bem, mas não dava pela existência de uma trave que lhes atravancava inteiramente os próprios olhos.

Ver: Joaquim Ferreira Gomes, *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859) - Introdução e Transcrição*, Lisboa, INIC, 1985.

(11) - Sobre a temática do ensino público, laico e gratuito, ver: Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargas, *ob. cit.*, págs. 7 - 17 e 31 e segs: Joaquim Ferreira Gomes, "O Direito à Educação nas Constituições Portuguesas" e "A Introdução e o Prolongamento da Obrigatoriedade Escolar em Portugal", in *Novos Estudos de História e de Pedagogia*, Coimbra, Livraria Almedina, 1986, págs. 97 - 154.

Devem ainda ser analisados o *Diário das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, Segunda Legislatura*, Tomo Sétimo, Imprensa Nacional, 1822, págs. 629 - 646 e Jorge Miranda, *Textos Históricos do Direito Constitucional*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1980, págs. 137 - 227.

A *Constituição Política da Nação Portuguesa (1822)*, consagrava à instrução pública os artigos 237º, 238º e 239º. Também a *Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa (1826)* afirmava que «A instrução primária é gratuita para todos os cidadãos» (§ 30). Quanto à obrigatoriedade, na reforma de 1836 (Decreto de 15 de Novembro de 1836), de Manuel da Silva Passos, que revogou a de Fonseca Magalhães (Decreto de 7 de Setembro de 1835), apenas o artigo 33º prescreve: «Todos os pais de famílias têm rigorosa obrigação de facilitarem a seus filhos a instrução das Escolas Primárias. As Municipalidades, os Párcos, os próprios Professores empregarão todos os meios pudentes de persuadir ao cumprimento desta obrigação os que nela forem desculdados». Mais tarde, na legislação de Costa Cabral (Decreto de 20 de Setembro de 1844, in *Diário do Governo*, nº 220, de 28 de Setembro de 1844) a obrigatoriedade era consignada, envolvendo as crianças dos 7 aos 15 anos, residentes nas localidades onde existissem escolas «ou dentro de um quarto de légua

A orgânica directiva e administrativa do ensino ocupava, em querelas várias, os partidários da descentralização e os da centralização, com implicações de natureza política e ideológica, relacionadas com uma maior centralização de poderes nas mãos do governo ou uma mais ampla autonomia para as instituições locais<sup>(12)</sup>.

Também a inspecção, elemento basilar de uma política nacional e popular de instrução, se mostrava inoperante, sendo atribuída, em 1836, a comissões concelhias com a participação de professores, para em 1861 ser da responsabilidade de inspectores de pesos e medidas, em 1862 ser entregue aos administradores dos concelhos e, em 1863, 1866 e 1875 passar a ser realizada por uma inspecção técnica permanente, com a obrigação de vigiar todas as escolas do país e dar conta da assiduidade e competência dos mestres e do aproveitamento das crianças. Por disposição de João Franco, em diplomas de 1894 e 1896, entregava-se a inspecção das escolas aos governadores civis, administradores dos concelhos e câmaras municipais, ficando todos subordinados, na sua qualidade de inspectores, à Direcção-Geral de Instrução Pública<sup>(13)</sup>.

Por outro lado, a situação económica do professorado afastava os candidatos dos concursos ou fazia preencher os lugares por indivíduos impreparados<sup>(14)</sup>. A situação material dos

em circunferência delas», fixando multas, com excepções, para as famílias das crianças que não cumprissem: «Os que faltarem a este dever serão sucessivamente avisados, intimados e repreendidos pelo Administrador do Concelho, e ultimamente multados desde 500 a 18000 reis». Também a legislação de D. António da Costa (Decreto de 16 de Agosto de 1870) e a de Rodrigues Sampaio (Decreto de 2 de Maio de 1878) procuraram que o princípio da obrigatoriedade fosse cumprido, embora as medidas punitivas raramente fossem aplicadas.

Ver, *Reformas do Ensino em Portugal - 1835-1869*, Tomo I, vol. I, Lisboa, Ministério da Educação, 1989 e *Reformas do Ensino em Portugal - 1870-1889*, Tomo I, vol. II, Lisboa, Ministério da Educação, 1991.

(12) - Ver bibliografia da nota 11 e ainda Teófilo Ferreira, *O Ministério da Instrução Pública e a Centralização do Ensino Primário Oficial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890; D. António da Costa Sousa Macedo, *História da Instrução Popular em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871 e *Auroras da Instrução pela Iniciativa Particular*, 2ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1885.

Além dos diplomas referidos na nota 11, são ainda de mencionar os seguintes: Decreto de 26 de Julho de 1881, de António Rodrigues Sampaio; Decretos de 22 de Agosto e de 10 de Setembro de 1890, de João Arrolo (Diário do Governo nº191, de 25 de Agosto e nº 215, de 22 de Setembro de 1890); Decretos de 18 de Junho de 1896, de João Franco Pinto Castelo Branco (Diário do Governo nº141, de 27 de Junho, nº 144, de 2 de Julho e nº 193, de 29 de Agosto de 1896); Decreto de 18 de Março de 1897, de José Luciano de Castro (Diário do Governo nº 70, de 31 de Março de 1897); Decreto nº 8, de 24 de Dezembro de 1901, de Hintze Ribeiro (Diário do Governo nº 294, de 28 de Dezembro de 1901).

(13) - Ver notas 11 e 12.

(14) - Ver nota 6.

professores era de semi-miséria: «...que mais valha ser oficial de carpinteiro ou de pedreiro, com 400, 360, 300 rs. quotidianos, do que ser professor de instrução primária, apenas com 280 rs. (que não alcança mais o seu tenuíssimo ordenado total, pelo tesoureiro e pelas câmaras!)» (15). «Sabem quanto ganham os professores do ensino primário? - perguntava Eça em 1872. 120\$000 por ano, 260 reis por dia! Tem de se alimentar, vestir, pagar uma casa e quase sempre comprar para a escola papel, lápis, lousas, etc, com 13 vinténs por dia!». Se desde 1821, os professores oficiais haviam conseguido a jubilação com o ordenado por inteiro ao fim de 30 anos de serviço, o nível de preparação, porém, adaptou-se ao da remuneração: de 1687 professores inspeccionados, no início da década de 1870, só 263 tinham habilitações literárias e, desses, só 172 foram julgados zelosos.

«A questão, aliás importantíssima, dos métodos de ensino e das novas maneiras de iniciar mais breve e suave e menos dificilmente aos meninos nos rudimentos da instrução, torna-se secundária, em presença daquelas outras, sem cuja resolução quaisquer providências a este respeito seriam ineficazes. Quando predomina a ignorância, a falta de zelo, a grosseria e também a fome, como exigir a reflexão, o estudo e a devida apreciação de qualquer melhoramento, que saia um pouco da mais rançosa rotina?» (16).

Por isso, as Escolas Normais, para a formação dos mestres, foram uma exigência reclamada com insistência, tendo aberto duas em Lisboa, nos anos 60 e, a partir de 1891, no Porto e em Évora. Entre 1870 e 1890, o número de professores diplomados pelas Escolas Normais, ainda insuficiente para combater o analfabetismo, era de cerca de 4000. Em 1910, não seriam mais de 6000 (17).

«Falta ainda hoje à instrução primária em Portugal (...) o impulso do verdadeiro estudo e da verdadeira ciência, que cria os mestres e os seus auxiliares e protectores indispensáveis: os

(15) - Joaquim Ferreira Gomes, *Relatório do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859) - Introdução e Transcrição*, Lisboa, I.N.I.C., 1985, pág. 262.

(16) - Joaquim Ferreira Gomes, *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859) - Introdução e Transcrição*, Lisboa, I.N.I.C., 1985, pág. 262.

(17) -Ver: Joaquim Ferreira Gomes, "Escolas Normais para habilitação de professores primários", in *Estudos para a História da Educação no século XIX*, Coimbra, Livraria Almedina, 1980.

*produtores de ciência e de riqueza e os bons dirigentes do Estado*<sup>(18)</sup>.

Na generalidade, o ensino primário foi constituído por três anos de frequência obrigatória e um ano mais de voluntariado. Assim, se em 1835, com Rodrigo da Fonseca e em 1836, com Passos Manuel, o ensino primário era constituído por um só grau, em 1844, com Costa Cabral e em 1878, com Rodrigues Sampaio, a obrigatoriedade de frequência era dos 7 aos 15 anos de idade e a instrução dividida em dois graus. No 1º grau aprendia-se a ler, escrever e contar, princípios gerais de moral, doutrina cristã e civilidade, exercícios gramaticais e princípios de geografia e história portuguesa, enquanto que no 2º grau, para além de completarem-se os estudos já iniciados, aprendia-se gramática portuguesa, desenho linear, geografia e história geral, história sagrada do Antigo e Novo Testamentos, aritmética e geometria com aplicação à indústria e escrituração. As escolas do 2º grau situavam-se nas povoações industriais e comerciais<sup>(19)</sup>. Este programa de estudos sofreu algumas alterações pontuais, logo no ano de 1850/51, não fugindo, porém, dos princípios gerais que formavam o ensino primário.

O Conselho Superior de Instrução Pública, no seu relatório do ano de 1847/48, verificava a necessidade de implementar escolas de freguesias rurais de graduação inferior ao 1º grau (ler, escrever, contar e princípios de religião) em virtude da falta de mestres. Considerava aquele Conselho que sendo a instrução popular a base da organização da sociedade moderna e a origem real da força dos governos, fazendo intervir na criação das novas escolas os rendimentos municipais (artº. 9º e 45º do Decreto de 20 de Setembro de 1844) e confiando o ensino delas aos párocos rurais, se pudesse alcançar o fim desejado, *tomando a instrução primária o verdadeiro carácter nacional, isto é, municipal, que mais lhe convém* e recomendava que *a primeira necessidade é multiplicar o número de escolas primárias, para combater o estado de atrasamento em que se acha a instrução primária no país. É esta instrução que deve ser levada à porta de todos, porque*

(18) - Agostinho de Campos. *Educação e Ensino*, conferência realizada em 23 de Dezembro de 1903.

(19) - Na acta da sessão da C. M. de Tondela, de 9 de Março de 1867, pode ler-se que «O Exmº Governador Civil lembrou a conveniência de se estabelecer na capital deste concelho uma aula de Latim, reunindo o ensino de Francês e de princípios gerais de Administração Pública e de Economia Rural (...)». Arquivo da Universidade de Coimbra. *Livro 6 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1867-1872)*, cota 48. Ver os diplomas referidos e a bibliografia indicada nas notas 11 e 12.

é a de que todos precisam. Não seria fácil elevar o número das existentes do 1º grau, pela falta de mestres, não havendo escolas normais para os formar (...). O melhoramento da instrução primária não depende tanto da extensão dada às matérias como dos bons livros e métodos de ensino ...»<sup>(20)</sup>.

De salientar que o artº 5º do decreto de 15 de Novembro de 1836 adoptava oficialmente o método de "ensino mútuo" ou de "Lencaster", baseado no recurso aos alunos mais adiantados que, sob a coordenação do professor, iam ensinando os menos adiantados e que havia sido divulgado em Portugal durante a regência inglesa de Beresford. Este método, que parece ter produzido bons efeitos, principalmente quando se não exigia a reflexão mas a prontidão e facilidade maquinal na leitura, escrita e aritmética, a partir de 1846 entrou em decadência, sendo substituído pelo método de "ensino simultâneo" ou "alfabético", em que se estudavam, simultaneamente e pela respectiva ordem, todas as letras do alfabeto, seguidas de sílabas sem sentido, que se memorizavam penosamente<sup>(21)</sup>.

Entre 1840 e 1850, António Feliciano de Castilho procurou introduzir um novo método de ensino da leitura, conhecido por "método de leitura repentina", "método português" ou "método Castilho", de aplicação efêmera e alvo de tremenda polémica que, no ano de 1849/50, foi oficialmente inserido nos livros de instrução primária. Neste método, adaptado do já utilizado em França por Lemare, cada letra era representada por um desenho, em que intervinhm figuras humanas, objectos, animais, etc, e a ela ligava-se uma história sugestiva<sup>(22)</sup>.

(20) - Joaquim Ferreira Gomes, *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859) - Introdução e Transcrição*, Lisboa, I.N.I.C., 1985, págs. 57-64, 71-73.

(21) - Ver: Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues, *ob. cit.*, págs. 15 e segs; Joaquim Ferreira Gomes, *A Educação Infantil em Portugal*, Lisboa, I.N.I.C., 1986, pág. 156-157; Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1986, págs. 526-527, 530, 534 e 552.

(22) - Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1986, págs. 582-584, 611; Luís de Albuquerque, "Castilho e o Ensino Popular", in *Notas para a história do ensino em Portugal*, Coimbra, 1960, págs. 169-234; Fernando Castelo Branco, A. F. Castilho - *Correspondência Pedagógica. Selecção, Introdução e Notas*, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Investigação Pedagógica, 1975; António Costa de Sousa Macedo, *História da Instrução Popular em Portugal*, 2ª ed., Porto, 1900, págs. 203 e 213; Alberto Ferreira, *Antologia de Textos Pedagógicos do séc. XIX*, vol. I, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1971, pág. 54; Joaquim Ferreira Gomes, "A primeira tentativa de pedagogia experimental em Portugal? A propósito do método português - Castilho", in *Estudos para a História da Educação no século XIX*, Coimbra, Livraria Almedina, 1980, págs. 237-245. Ver ainda: António Feliciano de Castilho, *Método português - Castilho, para o ensino rápido e aprazível do ler impresso, manuscrito, e numeração e escrever*, Lisboa, 1850; *Tosquia de um camelo (carta a todos os mestres das aldeias e das cidades)*, Lisboa, 1853; *Guia momentâneo para uso dos professores do Método Português*, Porto, 1854;

Em 1876 surgiu o "método de João de Deus", cuja Cartilha Maternal ou Arte de Leitura teve enorme difusão, graças sobretudo à criação, em 1882, da Associação de Escolas Móveis pelo Método de João de Deus, sendo rapidamente aceite pelos professores, geralmente sem preparação literária. Em 1888 a lei declarou-o método nacional <sup>(23)</sup>. Objecto de grandes polémicas, tal como já sucedera com Castilho, nas palavras do seu autor, este método, composto por 25 lições, *«funda-se na língua viva. Não apresenta os seis ou oito silabários do costume, senão um, do tipo mais frequente, e não todo, mas por partes, indo logo combinando esses elementos conhecidos em palavras que se digam, que ouçam, que se entendam, que se expliquem; de modo que, em vez do principiante apurar a paciência numa repetição nêscia, se familiarize com as letras e os seus valores na leitura animada das palavras inteligíveis»* <sup>(24)</sup>.

Ainda no âmbito da leitura, em 1863, discutia-se se o melhor livro de texto para a escola primária era "Os Lusíadas" de Luís de Camões, se "D. Jaime" de Tomás Ribeiro. Para exemplo desta problemática, uma das heroínas de Júlio Dinis, nas "Pupilas do Senhor Reitor", ensinava a ler pelo Evangelho de S. Lucas ...

*«Eu às vezes pergunto a mim mesmo o que é que em Portugal lêem as pobres crianças.*

*Creio que lhes dão Filinto Elísio, Garção, ou outro qualquer desses mazorros sensaborões, quando os infelizes mostram inclinação pela leitura.*

---

*Ajuste de contas com os adversários do Método Português*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1854; *Directório para os senhores professores primários, pelo Método Português*, Coimbra, 1854; *Cartas sobre as Escolas Populares*, Lisboa, 1859; *Resposta aos novíssimos impugnadores do Método Português* (Diário do Governo, de 1856 e de 1857). Para uma visão global da vida e obra de António Feliciano de Castilho, ver Júlio de Castilho, *Memórias de Castilho*, 6 vols, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926-1933.

[23] - Joaquim Ferreira Gomes, "Algumas reacções em torno da Cartilha Maternal de João de Deus", in *A Educação Infantil em Portugal*, Lisboa, I.N.I.C., 1986, págs. 153-209; Carolina M. de Vasconcelos, "A Cartilha Portuguesa e em especial a do sr. João de Deus", in *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano X, Coimbra, 1975, págs. 59-93; Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1986, págs. 607-612 e 669; Alberto Ferreira, *Antologia de Textos Pedagógicos do século XIX*, vol. II, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1971; Salvado Sampaio, "Escolas Móveis, contribuição monográfica", in *Boletim Bibliográfico e Informativo*, n.º 9, Lisboa, Centro de Investigação Pedagógica da Fundação C. Gulbenkian, 1969, págs. 9-28.

Sobre o Método de João de Deus, ver ainda: Francisco Cleu Junior, *Exame da Cartilha Maternal*, Porto, 1879; José Augusto Coelho, *Ensino inicial da leitura*, Lisboa, 1898; João de Deus Ramos, *Os altos princípios do Método João de Deus*, Coimbra, 1902.

[24] - Joaquim Ferreira Gomes, *A Educação Infantil em Portugal*, Lisboa, I.N.I.C., 1986, pág. 160.

*Isto é tanto mais atroz quanto a criança portuguesa é essencialmente viva, inteligente e imaginativa. Em geral nós outros, os portugueses, só começamos a ser idiotas quando chegamos à idade da razão.*

*Em pequenos temos todos uma pontinha de génio: e estou certo que se existisse uma literatura infantil, como na Suécia ou na Holanda, para citar só países tão pequenos como o nosso, erguer-se-ia consideravelmente entre nós o nível intelectual. Em lugar disso, apenas a luz de entendimento se abre aos nossos filhos, sepultamo-la sob grossas camadas de latim! Depois do latim acumulamos a retórica! Depois da retórica atulhamo-lo de lógica (de lógica, Deus piedoso!).*

*E assim vamos erguendo até aos céus o monumento da camelice! (25) .*

Sendo grande o esforço feito no desenvolvimento do ensino primário a partir de 1890 e mais concretamente depois de 1905, existiam ainda, em 1910, cerca de 76% de analfabetos. Os republicanos vieram a utilizar dados do analfabetismo como armas da sua propaganda, como razão da grande vergonha nacional, sendo a instrução pública tema de grandes campanhas e uma constante da luta política, desde 1890. Todavia, a situação de analfabetismo agrário manteve-se até uma fase adiantada do século XX.

### **A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE TONDELA (UM CASO PARADIGMÁTICO)**

Já em 1772, no Mapa das Escolas criadas pelo Marquês de Pombal, pode-se observar que, à região do actual concelho de Tondela, foram concedidas quatro escolas menores, com dois mestres de ler, escrever e contar e dois professores de gramática latina, de entre os nove mestres e seis professores que couberam à Comarca de Viseu, em terras que não eram cabeças de comarca, ficando um mestre e um professor em Tondela e os outros em S. Miguel de Outeiro.

Foi, porém, na segunda metade do século XIX e em especial após 1890, que se verificou um crescente interesse pela instrução pública, com o conseqüente aumento do número de escolas

---

(25) - Eça de Queirós, In revista *A Ilustração* nº 2, de 20 de Setembro de 1886.

primárias no Concelho, quer por iniciativa dos poderes central e local, quer por solicitação directa das populações.

Assim, para o Concelho de Tondela, foi possível detectar, até finais de 1910, um total de 74 escolas de instrução primária elementar, distribuídas por 42 localidades <sup>(26)</sup> e duas cadeiras de ensino complementar, uma para cada sexo, na vila sede de concelho.

Quanto a números de frequência <sup>(27)</sup>, embora sejam poucos os elementos disponíveis, tudo leva a crer que fossem elevados, quer pelo facto de vários professores terem requerido *«gratificação anual de 10\$000 reis que lhes é concedida pelo art.º 26º, do Decreto de 20 de Setembro de 1844 e art.º 38 da lei de 20 de Dezembro de 1850»*, conforme consta em actas de sessões da Câmara, até ao ano de 1910, quer também porque em sessão de 13 de Janeiro de 1906, foi referido pelo Presidente da Câmara que *«pelo recenseamento escolar da freguesia de Lobão, se verifica existirem actualmente recenseadas na idade escolar 124 crianças do sexo masculino, daquela freguesia, cujas povoações estão todas dentro da área de 2 Km, de forma a poderem frequentar a escola primária. Que é certo que naquela freguesia existe só uma escola do sexo masculino, cuja casa, que é arrendada, não pode comportar uma frequência superior a metade das crianças recenseadas, pelo que fica sem instrução a outra metade. Que entende por isso se deve promover a criação de outra escola para o sexo masculino, parecendo-lhe que o ponto mais próprio para a sua sede deverá ser a povoação de Várzea, uma das mais populosas da freguesia (...)»* <sup>(28)</sup>.

Ensinava-se, ainda, em casas e escolas particulares (no Barreiro, pelo Padre Inácio Ferreira Viegas, no Externato Tondelense, pelos professores José Lopes Coelho, José Gonçalves da Cruz e João Matins de Almeida e, posteriormente, na casa da professora de ensino complementar, D. Maria da Encarnação Ramos), onde se ministrava o ensino primário e, em alguns casos, a admissão aos liceus e ao magistério, com anúncios na imprensa local. No ano lectivo de 1892/93, o Externato Tondelense publicitava 5 aprovações na instrução primária elementar, 3 na admissão aos liceus, 4 a Português, 2 a Desenho, 2 a Geografia, 7 a

---

(26) - Ver Anexo.

(27) - Ver Anexo.

(28) - Arquivo da Universidade de Coimbra, Livro 17 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1905-1906), cota 4.



Francês e uma distinção. Já em 1894, nos exames de admissão aos liceus, em Viseu, ficaram aprovados onze alunos do professor José Lopes Coelho e três alunos da professora Maria da Encarnação Ramos<sup>(29)</sup>.

Em Janeiro de 1892, o professorado do Porto, através da Federação Escolar, solicitava a intervenção da imprensa periódica do país para que se pusesse em execução uma disposição da lei de 9 de Agosto de 1888<sup>(30)</sup>, devendo o governo decretar *‘que as Câmaras Municipais do país sejam obrigadas a criar verbas nos seus orçamentos para que sejam pagas aos professores as gratificações de exercício, criadas pela referida lei’*<sup>(31)</sup>. Por outro lado, o pagamento de ordenados dos professores primários, feitos através das Câmaras Municipais, realizavam-se, habitualmente, com dois meses de atraso. Para além de tudo isto, os professores ficavam muitas das vezes sujeitos às arbitrariedades e compadrios políticos dos autarcas municipais, chegando a ter foros de escândalo público no concelho<sup>(32)</sup>.

Em Novembro de 1891, segundo o jornal "Atalaia de Besteiros", a escola complementar do sexo feminino de Tondela *‘que fora provida na sr<sup>a</sup> D. Maria da Encarnação Ramos, (...) vai ser entregue à distinta professora de Castendo, que fora prejudicada com a nomeação da primeira senhora e que acaba de vencer, contra a Câmara, um recurso no Tribunal Administrativo de Viseu’*<sup>(33)</sup>. Ainda segundo a mesma fonte, o sr. Padre César Ribeiro das Neves, que era professor do ensino elementar em Molelos, requereu em tempo competente a propriedade de referida cadeira. Porque a posição política do sr. Padre César era contrária à do presidente da Junta de Paróquia e à da Câmara Municipal, estes não deferiram o seu pedido e atrasaram em cerca de um ano a sua resolução<sup>(34)</sup>.

(29) - Jornal "O Tondelense" nº 1, de 30/7/1893; nº 2, de 6/8/1893; nº 12, de 15/10/1893; nº 22, de 24/12/1893; nº 39, de 22/4/1894.

(30) - Um diploma de 27 de Dezembro de 1888, de José Luciano de Castro determinou as instruções regulamentares para a execução da lei de 9 de Agosto, na parte relativa à instrução primária (*Reformas do Ensino em Portugal - 1870-1889*, Lisboa, Ministério da Educação, Tomo I - vol. II, 1991).

(31) - Jornal "Atalaia de Besteiros" nº 172, de 6 de Janeiro de 1892.

(32) - Arquivo da Universidade de Coimbra, *Copiador de Correspondência - Ofício enviado pelo Governo Civil de Viseu - 2ª Repartição - 2ª secção, à Câmara Municipal de Tondela*, em 5 de Maio de 1890, Arquivo da C. M. de Tondela, cota 55; Actas da Câmara Municipal de Tondela, de 3/5/1890, 17/5/1890, 3/7/1890 e 2/8/1890, Arquivo da Universidade de Coimbra, *Livro 10 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1888-1892)*, cota 49.

(33) - Jornal "Atalaia de Besteiros" nº 157, de 12 de Novembro de 1891.

(34) - *Idem*, nº 194, de 27 de Março de 1892.

Acompanhando e participando nas questões nacionais sobre a instrução primária, a imprensa local publicou em Março de 1892, a circular que o professorado do Porto, numa cruzada em defesa da sua classe e por intervenção da Federação Escolar, dirigiram à imprensa periódica do país:

*«As leis de 26 de Fevereiro e de 3 de Março do corrente ano, colocaram o professorado primário, a escola popular e a inspecção respectiva, num estado de penúria tal que contrista e ao mesmo tempo faz revoltar o ânimo da população sensata do país. É preciso reagir por todos os modos e meios legais contra a iniquidade daquelas medidas. Está resolvido que se realiza um congresso de professores primários em Lisboa, nas férias da próxima Páscoa, a fim de se discutirem os meios a empregar, para que se restabeleçam os direitos do professorado e os da inspecção primária ...»* (35).

Este congresso, que se realizou nos dias 16, 19, 20 e 21 de Maio, na Sociedade de Geografia de Lisboa, presidido por Bernardino Machado, acabou por ter pouca repercussão, quer pelo número de participantes, quer por algumas deficiências de organização que provocaram divisionismo entre defensores da centralização e da descentralização.

Na sequência deste congresso, pretendeu o professorado do ensino primário apresentar, como candidato a deputado por acumulação, pelo magistério primário, o bacharel António Cândido de Figueiredo, professor e advogado. No entanto os professores do norte acabaram por optar pelo nome de Simões Raposo, provocando nova divisão no seio da classe e fazendo com que, em 1894, os professores das escolas centrais de Lisboa dirigissem uma circular aos seus colegas do Concelho de Tondela, porque *«sabendo que o sr. bacharel António Cândido de Figueiredo é candidato a deputado, sem carácter partidário, pelo círculo de Tondela, julgam conveniente recordar a V. Ex<sup>a</sup> que o sr. dr. Cândido de Figueiredo é um dos mais dedicados amigos do professorado português e, como professor, como escritor e como membro do Conselho Superior de Instrução Pública procurou sempre servir devotadamente a instrução popular. Eleito deputado, teremos certamente em Cortes quem represente os nossos legítimos interesses ...»* (36).

(35) - *Idem*, n.º 194, de 27 de Março de 1892.

(36) - *Jornal O Tondelense*, n.º 34, de 18 de Março de 1894. Sobre Cândido de Figueiredo, ver Joaquim Ferreira Gomes, "Um relatório de Cândido de Figueiredo sobre escolas primárias

O nível de ensino era muito baixo: não havia casas nem professores preparados, nem material escolar. Quando não havia convento abandonado, arrendava-se casa<sup>(37)</sup> geralmente numa loja térrea, «*uma variante entre o celeiro e o curral*» nas palavras de Eça de Queirós. A 7 de Outubro de 1869 «*requereu vocalmente o professor de ensino primário desta vila pedindo providências para o arranjo de casa em que possa dar aula, visto achar-se impedida aquela que anteriormente servia para aquele mister. A Câmara decidiu que por enquanto continuasse na casa do aquartelamento de tropas, que tem até agora servido para aquele fim*»<sup>(38)</sup>, para em 5 de Novembro de 1892, a Câmara resolver «*mandar concertar o compartimento contíguo à casa de aula do sexo feminino, a fim de receber um ou outro preso qualificado que queira pagar cem reis por dia, por ocupar o mesmo compartimento, quando tenha de cumprir sentença judicial*» e «*conceder à Junta de Paróquia de São Miguel de Outeiro a casa da cadeia daquela povoação para servir de casa de escola*»<sup>(39)</sup>.

Também em 29 de Outubro de 1910 a Câmara Municipal de Tondela «*resolveu que se oficiasse a Miguel Correia, de S. Miguel de Outeiro, para que retire imediatamente a cavalaria que se encontra nos baixos da casa da escola do sexo feminino daquela freguesia, por a sua permanência naquele lugar prejudicar a higiene da escola*». No relatório de um vereador sobre o estado do ensino primário no concelho, apresentado na mesma data, isto é, oito anos após a publicação dum Decreto de Hintze Ribeiro, de 19 de Setembro de 1902, que criou a Inspeção Sanitária Escolar e a Direcção Técnica das Construções Escolares, podia ler-se que «*sob o ponto de vista de higiene, as condições desta última escola, feminina de Vilar, são deploráveis. Encontra-se instalada num prédio, verdadeiro foco de infecções, arcado de imundices por todos os lados, onde faleceram algumas pessoas tuberculosas sem que se procedesse à necessária desinfecção, falta de ar e de luz e,*

---

no Distrito de Coimbra em 1875", in *Novos Estudos de História e de Pedagogia*, Coimbra, Livraria Almedina, 1986, págs. 155 - 169.

(37) - «*Dellberou a Câmara mandar pagar a João Ferreira, de Mouraz, a renda da sua casa que serve de escola de ensino primário ...*» - Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 14/12/1901, Arquivo da Universidade de Coimbra, Livro 15 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1901-1903), cota 2.

(38) - Arquivo da Universidade de Coimbra, Livro 6 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1867-1872), cota 48.

(39) - Arquivo da Universidade de Coimbra, Livro 11 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1892-1897), cota 29.

*além disto, servindo ainda, fora das horas de aula, para uso do seu proprietário...*(40).

As primeiras casas construídas propositadamente para o ensino primário, foram as do legado de 144 contos do Conde de Ferreira, em 1866, para 120 escolas, devidamente mobiladas. «*A fim de que as classes pobres (...) não estejam privadas por muito tempo de instrução que tão necessária lhes é*», em 1867, os testamenteiros do Conde de Ferreira dirigiram ofícios às câmaras municipais pedindo que declarassem se anuíam às condições contidas no legado de 1200 reis, para a construção de um edifício para escola do ensino primário (41).

Do mesmo modo os Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública, de 1844 e 1859, eram bem elucidativos quanto ao estado pouco lisonjeiro da instrução primária. Muito embora se verificasse um crescente aumento, ainda que lento, do número de escolas e da sua frequência, ano após ano, aqueles relatórios apontavam a falta de edifícios próprios e adequados ao ensino, com falta de utensílios, sem ordem nem limpeza e sem conforto para os alunos, a falta de professores devidamente habilitados que, em número considerável, «*mal atingem a suficiência, sendo muitos os mediocres e raros os bons*», a incapacidade para fazer inspeções regulares às escolas, o abandono ou a fuga à frequência por parte dos alunos, muitas das vezes motivados pelos próprios pais (42).

Muitos eram os problemas que dificultavam a efectivação do princípio da obrigatoriedade escolar, inscrito nas reformas de 1835, 1836 e que em 1844 aparecia acompanhado de sanções, visando a negligência familiar(43).

O Conselho Superior de Instrução Pública, denotando grande consciência destas e outras situações, fazendo a sua denúncia e sugerindo soluções, no seu relatório de 1849/50 permitia aulas em horas compatíveis com o serviço agrícola e recomendava aos párocos que fizessem ver as vantagens da instrução.

Em Tondela, a 9 de Março de 1867 «*o Exmº Governador Civil expôs à Câmara que desejando se estabelecessem escolas*

(40) - Arquivo da Universidade de Coimbra, Livro 20 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1910-1911), cota 31.

(41) - Ver Anexo.

(42) - Joaquim Ferreira Gomes, Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859). Introdução e Transcrição, Lisboa, INIC, 1985.

(43) - Ver Nota 11.

nocturnas de instrução primária em todas as freguesias deste Concelho, onde há professores régios, regidas por estes, destinando-se para elas duas horas das seis que são obrigados a leccionar diariamente, tinha para esse efeito convocado os mesmos professores a fim de combinar com eles sobre a distribuição das horas de ensino e contando com o acordo dos mesmos professores convidava a Câmara a subsidiar, de acordo com as Juntas de Paróquia, as referidas escolas com a despesa necessária para a sua iluminação.

A Câmara respondeu a Sua Ex<sup>a</sup> que compenetrada das grandes vantagens que aufera a instrução do estabelecimento das escolas nocturnas, já tinha resolvido, de acordo com o sr. Administrador deste Concelho, prestar o auxílio indicado, tendo já mandado fazer alguns candeeiros, contando por isso que em muitos poucos dias a maior parte das escolas já poderão funcionar.»<sup>(44)</sup> Por decisão camarária de 28 de Novembro de 1891, «estabeleceu-se o horário da quadra de inverno para a escola elementar e complementar desta vila pela forma seguinte: Curso elementar, de manhã, das 9 às 11; curso complementar das 11 à 1 da tarde; curso elementar, de tarde, da 1 às 3.»<sup>(45)</sup> Em sessão de 3 de Fevereiro de 1906, «deliberou a Câmara representar ao Governo de Sua Majestade para fazer sustar a execução das multas por transgressão das leis de instrução pública, visto que as casas onde se ministra o ensino não comportarem os alunos recenseados e ainda porque a maioria se não a totalidade dos transgressores estão impossibilitados de frequentar as escolas por falta de roupa e livros»<sup>(46)</sup>.

Na verdade, porém, em torno de todas estas questões, levantou-se sempre um problema de ordem financeira: era impossível ter uma boa instrução primária sem dinheiro para a pagar.

A 2 de Julho de 1872, «requereu o Administrador de Concelho que constando-lhe que o digno deputado por este círculo, o Exm<sup>o</sup> Francisco António da Silva Mendes, tinha cedido o seu subsídio como deputado em benefício dos dois concelhos - Tondela e Mortágua - para ser distribuído pelos pobres ou com aplicação idêntica, e estando neste concelho, autorizado para a

[44] - Arquivo da Universidade de Coimbra, Livro 6 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1867-1872), cota 6.

[45] - Jornal "Atalaia de Besteiros" n<sup>o</sup> 165, de 10 de Dezembro de 1891.

[46] - Arquivo da Universidade de Coimbra, Livro 17 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1905-1906), cota 4.

distribuição, o Exm<sup>o</sup> Dr. Pina Cabral, e parecendo ao requerente que salvo o respeito devido ao oferecente e repartidor, pode dar-se o caso de ter a ambos escapado a ideia de aplicar tal quantia às escolas de ensino primário, tão faltas de mobílias, livros para a infância, papel e mais objectos semelhantes, visto como todos muito bem sabem é esmola de valia auxiliar e promover a instrução aos alunos indigentes, principalmente quando a Câmara pelos seus muitos encargos e as Juntas de Paróquia pelos seus poucos recursos, não podem satisfazer a estas despesas (...)<sup>(47)</sup>.

A partir de 1878-1881 instituíram-se as "comissões paroquiais de beneficência e ensino" e as "caixas económicas escolares", para ajuda pecuniária às crianças indigentes em idade escolar.

«Convocados por circular do subinspector deste círculo escolar, reuniram no dia 16 do corrente na sala das sessões da Câmara Municipal, os párocos e professores deste concelho, a fim de se proceder à instalação das Comissões de Beneficência e Ensino, criadas pelo Regulamento de 15 de Setembro de 1902, e à forma por que deve regular-se o seu funcionamento (...). A esta reunião, a que compareceram quase todos os professores e párocos, presidiu o digno subinspector escolar, que num brilhante discurso expôs os fins da reunião e salientou quanto de proveitável resulta para o engrandecimento de Portugal, a instrução largamente difundida pelos homens de amanhã. Em seguida usaram da palavra os srs. Padre Bernardo Correia de Campos, vigário de Lobão e José Henriques Pais de Faria, professor de Castelões que, na mesma ordem de ideias, frisaram quanto de proveitoso têm as Comissões de Beneficência e Ensino para a instrução, quando devidamente orientadas na persistência e fins que se propõem atingir. Em seguida procedeu-se à organização das Comissões de Beneficência.»<sup>(48)</sup>.

Também as questões pedagógicas e didácticas e o debate em torno da rendabilidade pedagógica e financeira dos métodos de ensino, despertavam o interesse e a participação activa de professores e reponsáveis autárquicos do concelho de Tondela.

No jornal "O Tondelense", de 6 de Agosto de 1893, era anunciado um «Novíssimo Método de Leitura, coordenado pelo

(47) - Arquivo da Universidade de Coimbra, Livro 7 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1872-1876), cota 28.

(48) - Jornal "Folha de Tondela" n.º 1, de 18 de Fevereiro de 1906.

*professor Tiago Pinto Vieira, professor do ensino primário da freguesia de Dardavaz (...) à venda nas lojas (...) em Tondela» tecendo-se sobre ele algumas considerações: «Pareceu-nos que este livro era um excelente método, baseado nos mais recentes processos pedagógicos, para as crianças irem aprendendo gradualmente, sem esforço nem enfado, a conhecer os caracteres alfabéticos e o seu valor fonético até poder formar grupos de letras ou sílabas, antes de começar a leitura (...) Da sua adopção nas escolas resultaria, cremos, grande vantagem ao ensino» (49)*

Já a 2 de Novembro de 1878, em Tondela, *«foi presente o professor da cadeira de ensino primário da freguesia de Tonda, António de Bastos Cardoso Pinto, e disse que tendo conhecimento do muito interesse que esta vereação toma pelo desenvolvimento moral dos seus munícipes, empregando os meios ao seu alcance para o derramamento da luz vivificadora da instrução, único e seguro meio de se fazerem substituir as trevas da ignorância pelo céu límpido da civilização e que, tendo ele professor, ensaiado com a máxima vantagem o método de ensino de João de Deus, vinha apresentar à Câmara o resultado dos seus esforços, sujeitando à apreciação de Suas Excelências a aluna Emília Eloy, de Tondela, de 14 anos de idade, que sendo completamente analfabeta e tendo apenas 19 lições da cartilha maternal, que não equivalem a 19 horas de estudo proficuo, afirma a verdade da exposição que acaba de fazer; dito isto, pedia licença à Câmara para fazer passar por provas a mencionada aluna.*

*A Câmara procedendo ao exame, vendo que a examinada leu com bastante consciência o hino de amor da Cartilha Maternal e reconhecendo a incontestável vantagem do método que se manifesta na rapidez e admirável progresso da aluna, deliberou consignar aqui um voto de louvor ao professor» (50) .*

Também na Câmara dos Deputados, a 7 de Maio de 1879, José Joaquim Rodrigues de Freitas afirmava que *«Como livro para aprender a ler, é opinião de pessoas autorizadas que merece a geral aceitação que vai tendo, o de João de Deus. Quão grande economia não representa esse sistema, devido a um homem de superior merecimento ...»*. Recomendava aquele deputado, a 9 de Maio de 1879, *«que haja uma verba especial de 6000\$000 reis para*

(49) - Jornal "O Tondelense" nº 2, de 6 de Agosto de 1893.

(50) - Arquivo da Universidade de Coimbra, Livro 8 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1876-1881), cota 46.

a introdução do método de João de Deus nas escolas primárias (...), que se assegurem prémios aos autores de compêndios...» (51).

A escola parecia merecer, finalmente, as atenções e o reconhecimento das massas populares, de dirigentes locais e nacionais e de alguns espíritos mais esclarecidos. Surgia a preocupação de discutir e ouvir os professores sobre os problemas mais capitais da Pedagogia, reconhecendo-se a função do professor e da escola primária como base de todo o edifício social.

Em sessão de 25 de Novembro de 1905, «Pelo Presidente foi dito que o subinspector do círculo escolar de Tondela lhe havia oficiado manifestando-lhe o intuito de fazer abrir uma exposição pedagógica dos trabalhos das crianças das escolas oficiais do mesmo círculo, esperando que esta Câmara lhe preste todo o concurso e que crie um prémio para o melhor trabalho apresentado. (...) Disse ainda o presidente que este simpático e humanitário empreendimento se impõe pelos seus benéficos resultados e que por isso é opinião sua que esta Câmara preste todo o possível auxílio; (...) e que se criem seis prémios, sendo três para o sexo masculino e três para o sexo feminino, dois da quantia de 5000 reis cada um, dois de 3000 reis e dois de 2000 reis. (...) A pedido da Comissão organizadora da exposição pedagógica que vai realizar-se em Tondela, deliberou a Câmara pôr à disposição da mesma Comissão, desde 8 a 15 de Abril próximo futuro, o salão nobre dos Paços do Concelho e a sala contígua a fim de ali se instalar a referida exposição (...)» (52).

Também a imprensa local destacava esta iniciativa, denotando a importância dada aos assuntos da instrução pública e o carácter cívico destes e de outros eventos:

«Devido à iniciativa do distinto subinspector deste círculo, dr. José Emídio Soares da Costa Cabral, deve realizar-se nas próximas férias da Páscoa, uma exposição da classe do professorado, de forma que, ao mesmo tempo que os professores deste círculo apresentam a prova da sua capacidade e boa vontade na instrução que lhes está distribuída, possam provar com segurança o aproveitamento dos seus alunos. (...)

Foi apresentado um trabalho de grande valor pelo sr. Padre Francisco Pereira Borges, professor de S. Joaninho, concelho de

(51) - Joaquim Ferreira Gomes, *A Educação Infantil em Portugal*, Lisboa, I.N.I.C., 1986, págs. 24 e 188.

(52) - Arquivo da Universidade de Coimbra, *Livro 17 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1905-1906)*, cota 4.



St<sup>a</sup> Comba Dão, em que ataca vivamente e com conhecimento de causa a reforma do sr. Abel Andrade, ao mesmo tempo que faz justiça ao que nela existe de aproveitável. Oficiaram também (...) participando a apresentação de trabalhos na exposição (...) os professores de Nandufe, deste concelho, sr. Virgílio Almiro David e D. Maria Máxima Pereira do Vale.»

«Vai realizar-se brevemente em Coimbra, promovido pelo ilustre Inspector da 2<sup>a</sup> circunscrição escolar, um congresso pedagógico. Escusado será acentuar a conveniência desta iniciativa (...) pois que são sempre de largo alcance as ideias que por esta forma se propagam. Para representar o professorado deste concelho foi eleito pela assembleia dos professores, reunida no dia 16 do corrente nesta vila, o sr. Padre Manuel Fernandes Coimbra, que tem capacidade para honrosamente representar os seus colegas deste concelho.»<sup>(53)</sup>

Por seu lado, «a Companhia de Caminhos de Ferro, autorizada pelo governo, concedeu a redução de 40% no preço dos bilhetes de ida e volta, de todas as estações do ramal de Viseu para Tondela, (...) a favor dos professores e crianças que os acompanhem e se destinem à Exposição Pedagógica deste círculo escolar, sendo esta concessão extensiva ao público que deseja visitar a referida exposição»<sup>(54)</sup>.

Demonstrando o seu interesse, preocupação e empenho na realização e bom êxito desta exposição, a Câmara Municipal de Tondela aprovou, nesse ano, um orçamento para as despesas de instrução no valor de 13 611 700 rs, que quase equivalia à soma das aprovadas, para o mesmo fim, pelas câmaras dos vizinhos concelhos de Santa Comba Dão, Mortágua, Nelas e Carregal do Sal, dum valor total de 15 258 700 rs<sup>(55)</sup>.

Aquela exposição, onde figuraram aproximadamente 3000 objectos realizados por alunos das escolas primárias e que contou, no acto de abertura, com a presença do Exm<sup>o</sup> Sr. Conselheiro Abel de Andrade, Director Geral de Instrução Pública e Inspector da 2<sup>a</sup> Circunscrição Escolar, foi organizada em várias secções temáticas, a saber: Secção 1<sup>a</sup> - Caligrafia e Desenhos; Secção 2<sup>a</sup> - Desenhos e Construções em Ponto Pequeno de Instrumentos Agrícolas e Industriais. Máquinas e Material Escolar; Secção 3<sup>a</sup> - Herbários e Colecções de Insectos e Outros

---

(53) - Jornal "Folha de Tondela" n<sup>o</sup> 1, de 18 de Fevereiro de 1906.

(54) - *Idem* n<sup>o</sup> 6, de 25 de Março de 1906.

(55) - *Idem* n<sup>o</sup> 6, de 25 de Março de 1906.

Animais; Secção 4ª - Sólidos Geométricos, Pesos, Medidas em Cartão ou Madeira; Secção 5ª - Meia, Crochet, Marca, Malha e Renda; Secção 6ª - Corte e Trabalhos Domésticos; Secção 7ª - Trabalhos Diversos<sup>(56)</sup> .

Ainda, como nota do interesse suscitados pelos assuntos relacionados com o ensino, no concelho de Tondela, nomeadamente entre 1905 e 1910, salientava-se, então, na imprensa local, que fora *nomeado membro da Comissão Executiva do Congresso Pedagógico, para Coimbra nos dias 3, 4, 5, 6 e 7 de Junho, o subinspector deste círculo escolar, sr. dr. José Emídio Soares da Costa Cabral*, assim como o facto de o círculo escolar de Tondela ter apresentado trabalhos ao Congresso, sobre Habilitação e Seleção de Professores, Secretarias das Subinspecções, Aposentação e Assistência aos Professores no Caso de Doença, Métodos e Programas, Modificações na Legislação Escolar Primária em Vigor, Caixas Escolares e Comissões de Beneficência, da responsabilidade dos professores Santos Lima, Fernandes Coimbra, Pereira Borges, Rodrigues de Almeida, Costa Monteiro e Henriques dos Santos<sup>(57)</sup> .

A publicidade, pela imprensa, dos dados do analfabetismo e dos problemas do ensino, desde o censo da população de 1878, suscitou comentários iluministas, evolucionistas em pedagogos, escritores, jornalistas, parlamentares e dirigentes de associações de classe, reflectindo-se na opinião pública como questão cívica.

Assim, a 15 de Agosto de 1907, a Associação Artística de Socorros Mútuos "19 de Março" de Tondela, quando da passagem d' el-Rei D. Carlos pela vila, entregava em mão ao monarca, uma petição para que fosse criada uma escola industrial na séde do concelho <sup>(58)</sup> e promovia, em 1910, uma "conferência educativa" pelo insigne tondelense e professor da Universidade de Coimbra, Dr. António Anselmo Ferraz de Carvalho. No decorrer da sua intervenção, salientou o orador que só pela educação e instrução se podiam melhorar a situação do proletariado e do país e que, a A. A. S. M. "19 de Março", completaria a sua missão estabelecendo aulas de instrução primária e profissional para os seus associados.

Finalmente, a 30 de Janeiro de 1909 *foi presente um requerimento de Virgílio Almiro David, professor de Nandufe,*

(56) - *Idem* nº 12 e nº 14, de 6 e 20 de Maio de 1906.

(57) - *Idem* nº 5 e nº 11, de 18 de Março e 29 de Abril de 1906.

(58) - Ver Anexo.

*engrandecendo a vantagem para o país do desenvolvimento e protecção à arboricultura e declarando que deseja desenvolver nos alunos das escolas da sua freguesia e ainda nos adultos da mesma, o maior amor e protecção às árvores, por isso resolvera iniciar a Festa da Árvore e do modo mais útil e prático, arborizando por completo as orlas das estradas municipais dos subúrbios da sua freguesia, onde estas confinam com terrenos públicos e fornecendo à sua custa as árvores e pedindo ao mesmo tempo que de futuro lhe seja concedida a importância das mesmas árvores em benefício da Caixa Económica Escolar Nandufense*  
(59) .

---

(59) - Arquivo da Universidade de Coimbra, Livro 18 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1906-1909), cota 30.

## PROFESSORES DE ENSINO PRIMÁRIO DO CONCELHO DE TONDELA

NOME	ESCOLA	REFERÊNCIA
Adelaide da Encarnação S. Andrade	fem. de Peranho	Livro das Faltas dos Professores, I 41
Adelino Almira Forta e Vale	mecc. de Nandufe	Actas de Posse dos Professores (1877-1881)
Adelino Ferreira de Figueira Leitão	S <sup>ta</sup> Eulália	Actas de Posse dos Professores (1861-1871), Mapas numéricos dos alunos que frequentaram a escola em 1873/74 e 1874/75, Actas das Sessões da Comissão Inspectora de Exames de Instrução Primária, 1885-1894
	Santiago	Actas de Posse dos Professores (1877-1881)
	Nandufe	Actas de Posse dos Professores (1877-1881)
	mecc. de Tondela	Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Adozinda Amélia da Gama S. Meinho	mista de Ribeira	Livro das Faltas dos Professores, I 48
Adriano Pereira Henriques Figueiredo	Sabugosa	Acta da C. M. de Tondela, de 22/3/1890
Agostinho Pires Campos	S. João do Monte	Actas de Posse dos Professores (1861-1871)
Alberto Augusto Silva	mecc. de Cotiñhr.	Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Alberto Rodrigues Omeles	mecc. de Tondela	Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Alexandre Augusto Brito	mecc. de S <sup>ta</sup> Eulália	Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Alexandre Pereira do Vale	mecc. de Moitelos	Livro das Faltas dos Professores, I 24, Prova dos alunos propostos a exame do 1 <sup>o</sup> grau, 1894, Actas das Sessões da Comissão Inspectora de Exames de Instrução Primária, 1885-1894, Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Alexandrina Casiano de Oliveira	Lobão	Actas de Posse dos Professores (1871-1877)
	Tondela	Actas de Posse dos Professores (1871-1877)
Alfredo Augusto Ferreira da Silva	mecc. de Peranho	Journal "Folha de Tondela" nº 96, de 22/12/1907
Alvaro de Sousa Leitão	mecc. de S. J. Monte	Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
	mecc. de Guardão	Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Azira Augusta Vieira	mecc. de Vilar	Livro das Faltas dos Professores, I 58, Journal "Folha de Tondela" nº 66, de 19/5/1907
Amélia Augusta de F. Quaresma	mista de Guardão	Actas de Posse dos Professores (1877-1881)
Amélia Augusta Sobral Azevedo	fem. de Moitelos	Actas de Posse dos Professores (1877-1881), Actas das Sessões da Comissão Inspectora de Exames de Instrução Primária, 1885-1894
Amélia de Piedade Silva	Ba. em	Actas das Sessões da Comissão Inspectora de Exames de Instrução Primária, 1885-1894, Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Angelina da Cruz	fem. de Sabugosa	Livro das Faltas dos Professores, I 44
	fem. de Tondela	Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Antônio da Assenção	Guardão	Actas das Sessões da Comissão Inspectora de Exames de Instrução Primária, 1885-1894, Journal "Anfiteatro de Basteiros" nº 165, de 10/12/1891
	mecc. de Alcaide	Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Antônio Azevedo Sousa Coutinho	mecc. de Santiago	Actas de Posse dos Professores (1871-1877)
Antônio Barros Pereira Guimarães	S. João do Monte	Actas de Posse dos Professores (1871-1877)
Antônio Bustos Cardoso Pinto	Turife	Actas de Posse dos Professores (1871-1877), Acta da C. M. de Tondela, de 2/11/1878
	mecc. de Nandufe	Actas de Posse dos Professores (1877-1881)
Antônio Cardoso de Matos	mecc. de Tondela	Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Antônio da Costa Pereira	Legoeira	Actas de Posse dos Professores (1871-1877)
Antônio Dias Alves	mecc. de Múrcias	Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
	mecc. de F. eirões	Livro das Faltas dos Professores, I 9 e 33, Journal "Folha de Tondela" nº 57, de 17/2/1907
	mecc. de F. eirões	Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Antônio Dias da Silva	mecc. de Tondela	Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Antônio Faria Matos Viçegas	mecc. de Santiago	Journal "Folha de Tondela" nº 55, de 3/3/1907

António Fernandes de Almeida	S. João do Monte	Autos de Posse dos professores (1861-1871)
António Francisco Resqúia	Ferreirós	Autos de Posse dos Professores (1861-1871)
António Gonçalves Galhardo	masc. de Tondela	Autos de Posse dos Professores (1902). Livro das Falhas dos Professores, l. 61. Jornal "Folha de Tondela" nº 1, de 18/2/1906
	masc. da S <sup>ta</sup> Oveia	Autos de Posse dos Professores (1902)
António Henrique Pais de Faria	Sabugosa	Autos de Posse dos Professores (1871-1877)
António Henrique Soares	masc. de Emdeia	Livro das Falhas dos Professores, l. 55; Pauta dos alunos propostos a exame da 1 <sup>a</sup> grau, 1894
António João de Figueiredo	Barraio	Autos de Posse dos Professores (1861-1871)
António José de Figueiredo Matos	Sabugosa	Autos de Posse dos Professores (1861-1871)
	Tondela	Autos de Posse dos Professores (1871-1877); Copiador de Correspondência do Governo Civil, 2 <sup>a</sup> Rep. - 2 <sup>a</sup> secção; Jornal "O Tondalense" nº 18, de 26/11/1893 e nº 26, de 21/1/1894; Actas das Sessões da Comissão Inspectora de Exames de Instrução Primária, 1885-1894
António Leita da Costa	masc. de Vilar	Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
	masc. de Dardavaz	Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
	masc. V.N.Rainha	Livro das Falhas dos Professores, l. 67
António Lopes Rubeiro	masc. de Guardão	Livro das Falhas dos Professores, l. 18
António Maria Pereira da Silva	S. João do Monte	Autos de Posse dos Professores (1871-1877)
	S. Miguel d'Outeiro	Autos de Posse dos Professores (1877-1881)
	masc. de Tonda	Autos de Posse dos Professores (1877-1881); Livro das Falhas dos Professores, l. 53; Actas das Sessões da Comissão Inspectora de Exames de Instrução Primária, 1885-1894; Jornal "Folha de Tondela" nº 85, de 6/10/1907
António Marques	Tondela (nocturno)	Acta da C. M. de Tondela, de 11/1/1890
	Santiago masc. de Vilar	Autos de Posse dos Professores (1892-1902) Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
António Marques de Figueiredo	masc. S. J. Monte	Autos de Posse dos Professores (1877-1881); Acta da C. M. de Tondela, de 21/1/1878
António M. Simões de Figueiredo	Ceprenosa	Autos de Posse dos Professores (1877-1881)
António Marques do Vale	masc. de Molelos	Autos de Posse dos Professores (1871-1877 e 1892-1902)
António Martins Graciosa	Domas	Autos de Posse dos Professores (1877-1881)
António Matos Macela	Nendufe	Autos de Posse dos Professores (1877-1881)
	Molelos	Autos de Posse dos Professores (1877-1881)
António Miguel Pereira	Ceprenosa	Autos de Posse dos Professores (1877-1881)
António Pais de Sousa	Ceprenosa	Autos de Posse dos Professores (1877-1881)
António Pereira Marreca	masc. de Tondela	Acta da C. M. de Tondela, de 12/12/1891; Jornal "Atalho de Benvistos" nº 189, de 21/12/1891
António Pereira S. P. Barros	Tondela (particular)	Actas das Sessões da Comissão Inspectora de Exames de Instrução Primária, 1885-1894
António Rodrigues de Almeida	masc. de Mouraz	Autos de Posse dos professores (1892-1902); Livro das Falhas dos Professores, l. 31
	S <sup>ta</sup> Eulália	Autos de Posse dos Professores (1892-1902); Actas das Sessões da Comissão Inspectora de Exames de Instrução Primária, 1885-1894; Jornal "Folha de Tondela" nº 11, de 29/4/1906
	masc. S. J. Monte	Autos de Posse dos Professores (1861-1871)
António dos Santos	Sabugosa	Autos de Posse dos Professores (1861-1871)
António Viegas de Almeida	masc. de Castalhes	Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
	masc. de Guardão	Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Aminda Mendes Soares de Sousa	fem. de Ferreira	Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Amelinda Rodrigues de Moura	masc. de Tondela	Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Amaldo da Silva Veiga	masc. de Porenho	Livro das Falhas dos Professores, l. 40

Artur de Matos	Moleiros	Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Aurora Amélia	fem de Lobão	Livro das Faltas dos Professores, 123. Jornal "Folha de Tondela" nº 62, de 21/4/1907
Bernardino Rodrigues Pereira	masc. Stª Eulália masc. Várz. Lobão	Actas de Posse dos Professores (1892-1902) Livro das Faltas dos Professores, f. 20
Bernardo Correia Campos	Lobão	Actas das Sessões da Comissão Inspectora de Exames de Instrução Primária, 1885-1894. Jornal "Folha de Tondela" nº 1, de 18/2/1806
Cândida dos Santos Dias Nobre	masc. de Parocho	Jornal "Folha de Tondela" nº 55, de 3/3/1907
Carlota Augusta de Matos	Barreiro	Actas de Posse dos Professores (1871-1877 e 1877-1881). Acta de C. M. de Tondela, de 28/9/1878
Carolina Teles Jordão	fem. de Tondela	Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Celestino Augusto Pimenta	masc. de Tondela	Acta de C. M. de Tondela, de 12/12/1891. Jornal "Azeite de Basteiros" nº 169, de 21/12/1891
César Augusto Ribeiro das Neves	masc. de Moleiros	Actas das Sessões da Comissão Inspectora de Exames de Instrução Primária, 1895-1894. Acta de C. M. de Tondela, de 1/3/1890. Jornal "Azeite de Basteiros" nº 194, de 27/3/1892. Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Daniel Pais da Figueiredo	masc. de Castiões	Actas de Posse dos Professores (1877-1881)
Dionísio Paucão	masc. de Vião	Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Delfina de Figueiredo	masc. de Dardavaz fem. de Sangemil	Actas de Posse dos Professores (1892-1902) Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Delfina de Oliveira Lisboa	Parada	Actas de Posse dos Professores (1877-1881)
Demétrio Francisco Pinto	masc. de Tondela	Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Deolinda Pinto de Sousa	fem. de Tondela	Livro das Faltas dos Professores, f. 66
Eduardo da Silva	fem. de Tondela fem. de Mouraz	Livro das Faltas dos Professores, f. 63 Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Eduarda Barbosa Meruca	fem. de Tondela	Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Elixa Augusta de Serras Ramos	fem. de Faramiz	Jornal "Folha de Tondela" nº 63, de 28/4/1907
Elixa Barbosa Meruca	fem. de Tondela	Jornal "Folha de Tondela" nº 66, de 19/5/1907
Elixa da Costa Pereira	fem. de Moleiros	Livro das Faltas dos Professores, f. 26. Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Elizio Almro Horta e Vale	Vião Nandufe	Actas de Posse dos Professores (1877-1881) Actas das Sessões da Comissão Inspectora de Exames de Instrução Primária, 1885-1894
Emília de Almeida Henriques	masc. Mostaninho	Actas de Posse dos Professores (1892-1902). Jornal "O Tondelense" nº 25, de 14/1/1894
Emília Ascensão Bandeira	fem. de Mouraz	Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Emília Augusta Sampaio	fem. de Nandufe fem. de Dardavaz masc. do Silveiras	Actas de Posse dos Professores (1892-1902) Actas de Posse dos Professores (1892-1902) Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Emília Margarida Marques	Vião	Jornal "Folha de Tondela" nº 53, de 17/2/1907
Faustino Lopes de Almeida	Castiões Múceres	Actas de Posse dos Professores (1871-1877). Actas das Sessões da Comissão Inspectora de Exames de Instrução Primária, 1885-1894
Felícia de Conceição de Matos	masc. de Tondela	Livro das Faltas dos Professores, f. 62
Felicidade Augusta Horta e Vale	fem. Stª Eulália	Livro das Faltas dos Professores, f. 47
Fernando Pereira Viegas	masc. de Barreiro	Livro das Faltas dos Professores, f. 1
Francisco Correia de Azevedo	Domas	Actas de Posse dos Professores (1871-1877)
Francisco Duarte de Almeida	masc. de Tondela	Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Francisco Fernandes	S. Miguel d'Outeiro	Actas de Posse dos Professores (1861-1871)
Francisco José Pereira	Domas Castiões	Actas de Posse dos Professores (1871-1877) Actas de Posse dos Professores (1877-1881)
Francisco Marques Diniz	Lobão (particular)	Actas de Posse dos Professores (1861-1871)
Francisco de Paula S. Mascarenhas	Castiões	Actas de Posse dos Professores (1871-1877)
Francisco Pereira de Almeida	Castiões	Actas de Posse dos Professores (1877-1881)

Francisco Simões Saco	Barreiro	Autos de Posse dos Professores (1871-1877)
Genoveva Olívia Piedade A. Fontes	fem de Tondela	Jornal "Abalo de Beatores" nº 157, de 12/1/1891 e nº 165, de 10/12/1891, Actas das Sessões da Comissão Inspectoria de Exames de Instrução Primária, 1885-1894, Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Germano Alves Loureiro Pinto	masc de Muna masc de Silveiros	Livro das Faltas dos Professores, I 58 Autos de Posse dos Professores (1892-1902). Jornal "Folha de Tondela" nº 67, de 26/5/1907
Germano Francisco Pinto	Dardevez	Autos de Posse dos Professores (1861-1871)
Gracinda de Jesus Almeida	fem de Muna	Livro das Faltas dos Professores, I 35
Gracinda de Jesus Tovim	fem de Barreiro masc de Nandufe	Autos de Posse dos Professores (1892-1902). Livro das Faltas dos Professores, I 2 Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Guilherme de Figueiredo Pereira	masc de Vinhãl Sabugosa  Lagoa	Livro das Faltas dos Professores, I 71 Actas das Sessões da Comissão Inspectoria de Exames de Instrução Primária, 1885-1894, Acta de C. M. de Tondela, de 22/3/1890 Jornal "Abalo de Beatores" nº 165, 10/12/1891
Guilhermina Cândida do O Freira	fem de Castilhões	Autos de Posse dos Professores (1877-1881), Actas das Sessões da Comissão Inspectoria de Exames de Instrução Primária, 1885-1894
Helena Luís de Campos	masc. S <sup>te</sup> Eufália Tondela	Autos de Posse dos Professores (1892-1902) Jornal "Folha de Tondela" nº 5, de 18/3/1906
Henrique Lopes Simões Diniz	masc. S <sup>te</sup> Ovea	Livro das Faltas dos Professores, I 54, Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Henrique Nunes Albermar	masc de Caparosa	Livro das Faltas dos Professores, I 6, Actas das Sessões da Comissão Inspectoria de Exames de Instrução Primária, 1885-1894
Hermínia Augusta N. Mendonça Pinto	masc. de Lobão	Actas das Sessões da Comissão Inspectoria de Exames de Instrução Primária, 1885-1894
Inácio Ferreira Viegas	Barreiro  Amosa Barreiro (particular)	Autos de Posse dos Professores (1871-1877) Mapas numéricos dos alunos que frequentaram a escola em 1875, Acta de C. M. de Tondela, de 22/3/1890 Autos de Posse dos Professores (1877-1881) Actas das Sessões da Comissão Inspectoria de Exames de Instrução Primária, 1885-1894
Inácio Pires de Melo	Tondela (gr. Latino)	Acta de C. M. de Tondela, de 24/4/1863
Isabel Maria Alice Henriques Rebelo	fem de Sabugosa	Jornal "Folha de Tondela" nº 95, de 15/12/1907
Isabel Maria de Matos Mechado	masc. de Lobão	Livro das Faltas dos Professores, I 21
Jenúvria Augusta de Jesus	masc. S. J. Monte Moleiros	Livro das Faltas dos Professores, I 51 Autos de Posse dos Professores (1877-1881)
João Augusto Leitão	S. Miguel d'Outuro	Autos de Posse dos Professores (1861-1871), Acta de C. M. de Tondela, de 30/8/1866
João Baptista de Figueiredo	Caparosa	Autos de Posse dos Professores (1877-1881)
João Diniz Simões	masc de Canas	Livro das Faltas dos Professores, I 4, Autos de Posse dos Professores (1902)
João de Figueiredo	Tonda  Lagoa  masc de Vilar	Autos de Posse dos Professores (1871-1877). Mapas numéricos dos alunos que frequentaram a escola em 1873/74 Autos de Posse dos Professores (1871-1877 e 1877-1881) Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
João Francisco Nunes	Ferreiros	Autos de Posse dos Professores (1861-1871 e 1871-1877)
João Martins de Almeida	masc. S. J. Monte	Livro das Faltas dos Professores, I 50, Autos de Posse dos Professores (1892-1902)

	Tondela (particular)	Jornal "O Tondelense" nº 2, de 6/8/1893
João Pereira Ribeiro	S <sup>te</sup> Eulália	Actas de Posse dos Professores (1861-1871)
João Pereira da Silva	Dardavaz	Actas de Posse dos Professores (1861-1871)
João Rodrigues Marcos	Castelões	Actas de Posse dos Professores (1871-1877)
João Tavares da Silva Costa	S. João do Monte Domas	Actas de Posse dos Professores (1861-1871) Actas de Posse dos Professores (1871-1877)
Joaquim Augusto Pereira Seabra	masc de Sabugosa	Actas de Posse dos Professores (1871-1877) Actas das Sessões da Comissão Inspectoral de Exames de Instrução Primária, 1895-1894
Joaquim Augusto dos Santos Pereira	masc S <sup>te</sup> Eulália  S. João do Monte	Actas de Posse dos Professores (1892-1902) Livro das Faltas dos Professores, I 4, Jornal "Folha de Tondela" nº 21 de 8/7/1966 Jornal "Avisos de Besteiros" nº 260, de 11/12/1892 Jornal "O Tondelense" nº 35, de 15/3/1894 Actas das Sessões da Comissão Inspectoral de Exames de Instrução Primária, 1894-1894 Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
Joaquim Inácio do Carmo Cardoso	Dardavaz	Actas de Posse dos Professores (1861-1871)
Joaquim José de Fonseca e Melo	S. Miguel d'Outeiro	Actas de C. M. de Tondela, de 4/10/1895
Joaquim Martins Couvares	Ferreiros	Actas de Posse dos Professores (1871-1877 e 1877-1881); Mapas numéricos dos alunos que frequentaram a escola em 1874. Actas de C. M. de Tondela, de 23/1/1892. Jornal "Avisos de Besteiros" nº 178, de 28/1/1892 e nº 179, de 31/1/1892
Joaquim Pereira Arede e Silva	masc. de Castelões	Actas de Posse dos Professores (1877-1881)
Joaquina Augusta Oliveira	S. João do Monte	Jornal "Avisos de Besteiros" nº 155, de 19/1/1891
Joaquina da Silva Cardoso	mista de Guardão rem. de Mosteiro	Actas de Posse dos Professores (1861-1877) Livro das Faltas dos Professores, I 2
José da Almeida Esteves Figueira	masc. de Mosteiro	Livro das Faltas dos Professores, I 23. Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
José António Pereira	Santiago	Actas de Posse dos Professores (1861-1871)
José Augusto Silveira de Carvalho	masc. de Tondela	Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
José Bernardo Loureiro	Santiago	Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
José Bernardo Mota	S. João do Monte	Actas de C. M. de Tondela, de 3/5/1899. Copiador de Correspondência ao Governo Civil nº Rep. 2ª Secção, 1890
José Brás da Costa	Labão	Actas de Posse dos Professores (1861-1871)
José Brás Loureiro	Nandufe	Actas de Posse dos Professores (1871-1877)
José Carvalho da Figueiredo	Lagoas	Actas de Posse dos Professores (1871-1877). Mapas numéricos dos alunos que frequentaram a escola em 1874/75
José Dinis Simões	masc. de Canas	Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
José Ferreira Costa Nunes	Ferreiros	Actas de Posse dos Professores (1877-1881)
José Ferreira Figueiredo Leitão	masc. de Castelões  Santiago  S <sup>te</sup> Eulália	Actas de Posse dos Professores (1877-1881) Actas de Posse dos Professores (1861-1871). Actas de C. M. de Tondela, de 13/8/1892. Mapas numéricos dos alunos que frequentaram a escola em 1873/74 e 1874/75 Actas de Posse dos Professores (1877-1881)
José Ferreira Valente da Brito	Dardavaz	Actas de Posse dos Professores (1861-1871 e 1871-1877)
José de Figueiredo Borges	Beleiro	Actas de Posse dos Professores (1861-1871)
José de Figueiredo Pereira Ribeiro	masc. de Mucaras	Actas de Posse dos Professores (1892-1902)
José Gonçalves da Cruz	Tondela (particular)	Jornal "O Tondelense" nº 2, de 6/8/1893
José Gonçalves Simões	Dardavaz	Actas de Posse dos Professores (1861-1871)
José Henriques Pais de Faria	Guardão masc. de Castelões	Actas de Posse dos Professores (1877-1881) Livro das Faltas dos Professores, I 8. Actas das



		Sessões da Comissão Inspectora de Exames de Instrução Pmána, 1885-1894. Jornal "Folha de Tondela" nº 1, de 18/2/1906
José Joaquim Correia de Oliveira	S. Miguel d'Outeiro	Autos de Posse dos Professores (1861-1871 e 1871-1877)
José Lopes Coelho	Tondela (particular)	Jornal "O Tondelense" nº 2, de 6/8/1893
José de Loureiro	maç. de Santiago St Eulária	Livro das Faltas dos Professores, f. 56 Jornal "Folha de Tondela" nº 36, de 21/10/1906
José Maria Antunes	Amosa	Autos de Posse dos Professores (1877-1881)
José Maria Monteiro do Vale	Vilar Mosteiro	Autos de Posse dos Professores (1861-1871) Autos de Posse dos Professores (1861-1871)
José de Meios Viêgas	Barreiro	Autos de Posse dos Professores (1861-1871)
José Pinheiro Guerra	maç. S. M. Outeiro	Livro das Faltas dos Professores, f. 52
José Pinto Ferreira Marvão	Moleiros Nandute	Autos de Posse dos Professores (1871-1877) Autos de Posse dos Professores (1877-1881)
José Rodrigues Bartolo	Tondela  Labão	Autos de Posse dos Professores (1861-1871). Acta da C. M. de Tondela, de 13/8/1862 Mapas numéricos dos alunos que frequentaram a escola em 1873/74. Autos de Posse dos Professores (1871-1877 e 1877-1881)
José Simões Pereira	maç. de Guardão	Autos de Posse dos Professores (1871-1877)
Josefa Gomes do Amaral	fem. de Canas	Livro das Faltas dos Professores, f. 5. Jornal "O Tondelense" nº 34, de 18/3/1894. Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Josefa Loureiro Ferreira	fem. de Tondela	Autos de Posse dos Professores (1877-1881)
Júlia Beatriz de Sousa	Parada fem. de Sabugoas	Autos de Posse dos Professores (1871-1877) Autos de Posse dos Professores (1877-1881). Actas das Sessões da Comissão Inspectora de Exames de Instrução Pmána, 1885-1894
Júlio Antunes de Meios	Parada	Jornal "Folha de Tondela" nº 58, de 24/3/1907
Júlio Duarte Henriques Ribeiro	S. João da Montã	Autos de Posse dos Professores (1871-1877). Mapas numéricos dos alunos que frequentaram a escola em 1874
Júlio Francisco Chaves	Tonda	Autos de Posse dos Professores (1861-1871 e 1871-1877)
Justiniano Augusto Pascoal	Vilar	Autos de Posse dos Professores (1861-1871 e 1871-1877)
Laura Dias	fem. de Tonda	Livro das Faltas dos Professores, f. 60
Laura de Encarnação Gama	fem. de Vinhal fem. de Lageosa	Livro das Faltas dos Professores, f. 72 Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Laura de Sousa de Sousa Figueiredo	maç. de Ferreiros	Livro das Faltas dos Professores, f. 16. Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Lourenço Pereira Ferreira	S. Miguel d'Outeiro	Autos de Posse dos Professores (1871-1877)
Lucas de Figueiredo Pereira	Lageosa	Autos de Posse dos Professores (1871-1877)
Lucinda Pais Pinheiro	Mosteirinho	Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Luís Rodrigues Fernandes	maç. de Damas	Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Luís de Figueiredo Pereira	Lageosa	Autos de Posse dos Professores (1861-1871)
Luís Meios Dias Silva	Tondela (particular)	Actas das Sessões da Comissão Inspectora de Exames de Instrução Pmána, 1885-1894
Manuel Antunes Figueiredo	Vinhal	Autos de Posse dos professores (1892-1902)
Manuel Antunes Gomes	maç. de Moleiros	Acta da C. M. de Tondela, de 12/4/1890
Manuel Cervalho e Freitas	maç. de Tondela	Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Manuel Duarte da Silva e Castro	maç. de Caparrosa	Autos de Posse dos professores (1877-1881)
Manuel Fernandes Coimbra	Batalho	Autos de Posse dos Professores (1892-1902). Livro das Faltas dos Professores, f. 3v e 75. Jornal "Folha de Tondela" nº 1, de 18/2/1906 nº 11, de 23/4/1906, nº 22, de 15/7/1906, nº 36, de 21/10/1906 e nº 53, de 17/2/1907. Acta da C. M. de T

		Tondela, fe 20/10/1906
	masc. Mostarinho masc. de Tondela	Autos de Posse dos Professores (1892-1902) Autos de Posse dos professores (1892-1902)
Manuel Francisco Leitão	masc de Guardão	Autos de Posse dos Professores (1871-1877)
Manuel Gonçalves de Almeida Bastos	Mouraz	Autos de Posse dos Professores (1861-1871)
Manuel Marques da Costa	Domas	Autos de Posse dos professores (1892-1902). Jornal "Folha de Tondela" n. 85, de 6/10/1897
Manuel Pereira Cardoso	masc. Mostarinho	Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Manuel Rodrigues Bandeira	Lobão Tondela Mouraz	Autos de Posse dos Professores (1861-1871) Autos de Posse dos Professores (1861-1871) Autos de Posse dos Professores (1861-1877). Mapa numérico dos alunos que frequentaram a escola em 1874/75. Actas das Sessões da Comissão Inspectora de Exames de Instrução Primária, 1885-1894
	masc. S. J. Monte	Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Manuel de Silva	Amosa	Autos de Posse dos Professores (1871-1877 e 1877-1881)
Manuel de Sousa Silva Andreus	Paranhos Carpalosa (noct)	Autos de Posse dos Professores (1861-1871 e 1877-1881) Mapas numéricos dos alunos que frequentaram a escola em 1874/75
Manuel Taveira de Silva	Castelões Domas	Autos de Posse dos Professores (1871-1877) Autos de Posse dos Professores (1871-1877)
Margarida Conceição de Almeida	mista Mostarinho	Livro das Faltas dos Professores, f. 28. Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Margarida de Jesus Gomes de Amarel	fem de Canas	Autos de Posse dos Professores (1877-1881). Acta de C. M. de Tondela, de 11/1/1890. Jornal "O Tondelense" nº 34, de 18/3/1894
Margarida dos Santos Gomes	fem. de Vilar	Livro das Faltas dos Professores, f. 70
Margarida de Silva Gomes	mista de Alveim	Livro das Faltas dos Professores, f. 70
Maria Adelaide de Jesus Alves Fontes	Masc. de Tondela	Autos de Posse dos professores (1892-1902)
Maria Adelaide de Melo Loureiro	fem de Lobão	Autos de Posse dos Professores (1877-1881). Actas das Sessões da Comissão Inspectora de Exames de Instrução Primária, 1885-1894 Jornal "Folha de Tondela" nº 52, de 21/4/1907
Maria de Anunciação Saldanha Ferrão	Castelões Molelos	Autos de Posse dos Professores (1871-1877) Autos de Posse dos Professores (1871-1881). Acta de C. M. de Tondela, de 26/3/1878 Autos de Posse dos Professores (1877-1881)
Maria Augusta de Jesus	fem S. J. Monte	Autos de Posse dos Professores (1877-1881)
Maria do Anjo Carlos Freire	S. João do Monte	Autos de Posse dos Professores (1877-1881)
Maria de Belém	masc de Castelões	Livro das Faltas dos Professores, f. 9 e 10
Maria de Jenerdo	fem de Jenerdo	Livro das Faltas dos Professores, f. 19
Maria de Parada	fem de Parada	Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Maria da Conceição Pinto Loureiro	fem de Tondela masc. de Santiago	Livro das Faltas dos Professores, f. 54 Acta de C. M. de Tondela, de 22/10/1910
Maria da Conceição dos Reis Correia	fem S. M. O.reiro	Livro das Faltas dos Professores, f. 53. Jornal "Folha de Tondela" nº 5, de 18/3/1906
Maria Delfina Marques	Silveiras	Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Maria Dominga de Brito	masc. de Erabugosa	Livro das Faltas dos Professores, f. 43. Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
	masc de Dardavaz	Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Maria dos Duros da Glória Ribeiro	masc de Farada	Livro das Faltas dos Professores, f. 38. Autos de Posse dos Professores (1892-1902). Jornal "Folha de Tondela" nº 53 de 17/2/1907
Maria Emilia Ferrera de Vasconcelos	fem de Santiago	Autos de Posse dos Professores (1877-1881). Livro das Faltas dos professores, f. 157
Maria da Encarnação Ramos	fem de Tondela	Acta da C. M. de Tondela, de 22/3/1880. Actas

		das Sessões da Comissão Inspector de Exames de Instrução Primária, 1885-1894. Jornal "Atalala de Besteiros" nº 157, de 12/11/1891 e nº 155, de 10/12/1891. Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
	Tondela (particular)	Jornal "O Tondelense" nº 22, de 24/12/1893
Maria do Espírito Santo	fem de Tondela	Autos de Posse dos Professores (1877-1881). Livro das Faltas dos Professores, I 60. Actas das Sessões da Comissão Inspector de Exames de Instrução Primária, 1885-1894
Maria da Glória Cardoso	fem V N Rainha	Livro das Faltas dos Professores, I 68. Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Maria da Glória Delgado	fem de Parada	Livro das Faltas dos Professores, I 39. Autos de Posse dos Professores (1892-1902. Jornal "Folha de Tondela" nº 5, de 18/2/1906
Maria José Augusta Saraiva	fem S. J. Monte	Autos de Posse dos Professores (1861-1871). Mapas numéricos dos alunos que frequentaram a escola em 1873/74
Maria Justina dos Santos	Tondela	Autos de Posse dos Professores (1871-1877). Mapas numéricos dos alunos que frequentaram a escola em 1874. Acta da C. M. de Tondela, de 20/4/1890
Maria Luísa Simões Fonseca	fem de Tondela	Acta da C. M. de Tondela, de 22/3/1890
Maria Máxima Pereira de Vile	masc S. J. Monte	Acta da C. M. de Tondela, de 2/8/1890. Copiador de Correspondência com a Governo Civil, 2ª secção, 1890
	fem de Paranhos	Jornal "Atalala de Besteiros" nº 165, 20/10/1892.
	fem de Mandufe	Autos de Posse dos Professores (1892-1902). Autos de Posse dos Professores (1892-1902). Jornal "Folha de Tondela" nº 1, de 18/2/1906
Maria do Nascimento S. Vasconcelos	S. Miguel d'Outeiro	Autos de Posse dos professores (1861-1871 e 1871-1877). Mapa numérico dos alunos que frequentaram a escola em 1874
Maria da Natividade Coelho	fem de Tondela	Autos de Posse dos Professores (1861-1871)
Maria da Natividade Fonseca Serra	fem de Múceras	Livro das Faltas dos Professores, I 34
Maria da Nazaré Paixoto	masc. de Sabugosa	Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Maria Rosa de Sousa Oliveira	Parada	Actas das Sessões da Comissão Inspector de Exames de Instrução Primária, 1885-1894. Acta da C. M. de Tondela, de 12/4/1890
Maria de Soledade Malheiro	fem de Mouraz	Livro das Faltas dos Professores, I 32
Mebilde de Glória Fontoura Carvalho	fem de Lagoa	Autos de Posse dos Professores (1871-1877)
Miguel Xavier Mercier de Almeida	Molelos	Autos de Posse dos Professores (1871-1877)
Nicolau Antunes de Matos	Ferreirós	Jornal "Atalala de Besteiros" nº 250, de 11/12/1892. Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Olimpia Bestre de Matos	fem de Barrão	Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Rita Merganda	fem S. J. Monte	Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Rosa Emilia de Costa	fem de Tondela	Jornal "Folha de Tondela" nº 85, de 6/19/1907
Selomão Pinto Vieira	Santiago	Jornal "Folha de Tondela" nº 36, de 21/10/1906
Silvestre Luís Campos Vasconcelos	S. Miguel d'Outeiro	Autos de Posse dos Professores (1877-1881). Actas das Sessões da Comissão Inspector de Exames de Instrução Primária, 1885-1894
Teresa Lúcia Ramos	fem de Tondela	Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Tiago Pinto Vieira	Caparosa	Acta da C. M. de Tondela, de 28/8/1878. Autos de Posse dos Professores (1877-1881)
	masc de Vilar	Autos de Posse dos Professores (1877-1881)
	Dardavaz	Jornal "O Tondelense" nº 2, de 6/8/1893. Actas das Sessões da Comissão Inspector de Exames

	masculino de Santiago	de Instrução Primária, 1885-1894 Autos de Posse dos Professores (1872-1902) Jornal "Folha de Tondela" nº 30, de 17/10/1906. Acta da C. M. de Tondela, de 22/11/1910
Virgílio Almeida David	masculino de Nandufe	Livro das Faltas dos Professores f. 36, Jornal "Folha de Tondela" nº 1, de 18/2/1906 Acta da C. M. de Tondela, de 31/1/1919
Virgílio Henriques David	masculino de Vilar masculino de Nandufe	Actas das Sessões da Comissão Inspectora de Exames de Instrução Primária, 1885-1894, Autos de Posse dos Professores (1892-1902) Autos de Posse dos Professores (1892-1902)
Virgínia Lucília de Andrade Figueiredo	S. João do Monte fem de Moleiros	Autos de Posse dos Professores (1877-1881) Autos de Posse dos professores (1877-1881)
Vitorina Augusta Ferreira	Mouraz	Actas das Sessões da Comissão Inspectora de Exames de Instrução Primária, 1885-1894
Vitório José G. Viegas	Dardavaz	Autos de Posse dos Professores (1861-1871)
Zulmira Cardoso Pessoa	fem de Tondela	Autos de Posse dos Professores (1892-1902), Jornal "Folha de Tondela" nº 1, de 18/2/1906 ao nº 85, de 6/11/1907

## ESCOLAS PRIMÁRIAS DO CONCELHO DE TONDELA (até 1910)

ESCOLA / LOCALIDADE	PRIMEIRA REFERÊNCIA	ANO
(mista) Alvarim	Livro das Faltas dos Professores, f. 4	.1906
Arnosa	Autos de Posse dos Professores, 1871-1877	.1877
(masc.) Barreiro	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 12/8/1857	.1857
(fem.)	Autos de Posse dos Professores, 1877-1881	.1880
(masc.) Botulho	Acta da Câmara Municipal de Tondela, em 28/12/1901	.1901
(masc.) Canas	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 11/1/1890	.1890
(fem.)	Autos de Posse dos Professores, 1877-1881	.1880
(masc.) Caparrosa	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 5/2/1866	.1866
(masc.) Casteleões	Autos de Posse dos Professores, 1871-1877	.1873
(fem.)	Autos de Posse dos Professores, 1877-1881	.1879
(masc.) Dardavaz	Autos de Posse dos Professores, 1861-1871	.1863
(fem.)	Actas das Sessões da Com. Insp. de Ex. de Inst. Prim. 1885-1894	.1892
(masc.) Dornas	Autos de Posse dos Professores, 1871-1877	.1877
(masc.) Ermida	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 30/6/1906	.1906
(masc.) Ferreirós	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 9/9/1863	.1863
(fem.)	Autos de Posse dos Professores, 1892-1902	.1899
(mista) Fial	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 10/11/1906	.1906
(masc.) Guardão	Synopse ou Índices Chronologico e Alfabético de Legislação relativa à Instrução Primária, Coimbra, 1848 (*)	.1820/ .1823
(mista)	Autos de Posse dos Professores, 1871-1877	.1877
(fem.)	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 28/1/1905	.1905
(fem.) Janardo	Livro das Faltas dos Professores, f. 19	.1902
(masc.) Langeosa	Autos de Posse dos Professores, 1861-1871	.1868
(fem.)	Autos de Posse dos Professores, 1871-1877	.1876
(masc.) Lobão	Autos de Posse dos Professores, 1861-1871	.1865
(fem.)	Actas das Sessões da Com. Insp. de Ex. de Inst. Prim. 1885-1894	.1887
(masc.) Molelos	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 16/12/1871	.1871
(fem.)	Autos de Posse dos Professores, 1877-1881	.1879
(masc.) Mosteirinho	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 9/8/1890	.1890
(masc.) Mosteiro	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 12/8/1857	.1857
(fem.)	Copiador de Correspondência do Governo Civil, 2.ª secção, 1889	.1889
(masc.) Mouraz	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 19/5/1858	.1858
(fem.)	Autos de Posse dos Professores, 1892-1902	.1900
(masc.) Múceres	Autos de Posse dos Professores, 1861-1871	.1865
(fem.)	Livro das Faltas dos Professores, f. 34	.1905
(masc.) Muna	Livro das Faltas dos Professores, f. 58	.1901
(fem.)	Livro das Faltas dos Professores, f. 35	.1904
(mista)	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 18/2/1905	.1905
(masc.) Nandufe	Autos de Posse dos Professores, 1877-1881	.1877
(fem.)	Autos de Posse dos Professores, 1892-1902	.1896
(masc.) Parada	Autos de Posse dos Professores, 1877-1881	.1878
(fem.)	Livro das Faltas dos Professores, f. 39	.1901
(masc.) Paranho	Autos de Posse dos Professores, 1861-1871	.1864
(fem.)	Jornal "Atalaia de Besteiros" n.º 165, de 10/12/1891	.1891
(mista) Póvoa R. Alves	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 28/1/1905	.1905
(mista) Ribeira	Livro das Faltas dos Professores, f. 48	.1906
(masc.) Sabugosa	Autos de Posse dos Professores, 1861-1871	.1861
(fem.)	Autos de Posse dos Professores, 1877-1881	.1879
(masc.) Sangemil	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 28/12/1901	.1901
(fem.)	Autos de Posse dos Professores, 1892-1902	.1902
(masc.) St.ª Eulália	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 17/5/1865	.1865
(fem.)	Livro das Faltas dos Professores, f. 47	.1887
(masc.) St.ª Ovaia Baixo	Livro das Faltas dos Professores, f. 54	.1897
(masc.) Santiago	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 13/8/1862	.1862
(fem.)	Livro das Faltas dos Professores, f. 57	.1878
(masc.) S. J. do Monte	Acta da Câmara Municipal de S. João do Monte, de 12/12/1844	.1844
(fem.)	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 16/4/1864	.1864

 (\*) Ver Luis Reis Torgal e Isabel Nobre Vargas, *A Revolução de 1820 e a Instrução Pública*, Porto, Paisagem Editora, 1984, pág. 127

(masc.) S.M. d'Outeiro	Marquês de Pombal, Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772	.1772
(fem.)	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 27/5/1863	.1863
masc/mista) Silvares	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 13/1/1870	.1870
(masc.) Tonda	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 1/6/1864	.1864
(fem.)	Autos de Posse dos Professores, 1877-1881	.1880
(masc.) Tondela	Marquês de Pombal, Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772	.1772
(masc.)	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 13/8/1862	.1862
(masc.)	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 4/5/1907	.1907
(fem.)	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 26/3/1862	.1862
(fem.)	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 4/5/1907	.1907
(masc/mista) Tourigo	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 18/2/1905	.1905
(masc/mista) V. Lobão	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 13/1/1906	.1906
(masc.) V. N. Rainha	Autos de Posse dos Professores, 1892-1902	.1897
(fem.)	Livro das Falhas dos Professores, f. 68	.1897
(masc.) Vilar	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 12/8/1857	.1857
(fem.)	Actas das Sessões da Com. Insp. do Ex. do Inst. Prim. 1885-1894	.1888
(fem.)	Acta da Câmara Municipal de Tondela, de 6/6/1903	.1903
(masc.) Vinhal	Livro das Falhas dos Professores, f. 71	.1887
(fem.)	Copiador de Correspondência do Governo Civil, 2ª secção, 1888	.1888

**EDIFÍCIOS E CASAS DE ESCOLA NO CONCELHO DE TONDELA**

<b>EM EDIFÍCIO PRÓPRIO</b>	
<b>Construídas:</b>	<b>Referência:</b>
Escola Conde Ferreira, em Tondela	Acta da C. M. de Tondela, de 18/3/1889
Escola do sexo masculino, em S. Vázar	Acta da C. M. de Tondela, de 30/10/1908
<b>Em Construção:</b>	
Escola para ambos os sexos, em Vilar	Copêador de Correspondência do Governo Civil de 16/5/1887
Escola do Covelo de Tondela	Acta da C. M. de Tondela, de 7/10/1905
Escola do Guarião	Acta da C. M. de Tondela, de 7/10/1905
<b>Em Projecto:</b>	
Escola para ambos os sexos, em Lobão	Acta da C. M. de Tondela, de 3/10/1887
Escola do sexo masculino, em Barroso	Copêador de Correspondência do Governo Civil de 24/9/1886
Escola para ambos os sexos, em Mosteiro	Copêador de Correspondência do Governo Civil de 4/10/1889
<b>Venda de Baldios para construção de escolas:</b>	
de Lageosa	Acta da C. M. de Tondela, de 25/11/1893
de Moelos	Acta da C. M. de Tondela, de 25/11/1893
de Muns	Acta da C. M. de Tondela, de 20/1/1894
de Caselões	Acta da C. M. de Tondela, de 7/4/1894
de Coelhooso	Acta da C. M. de Tondela, de 7/4/1894
<b>SEM EDIFÍCIO PRÓPRIO</b>	
<b>Em casa arrendada:</b>	
Tondela	Acta da C. M. de Tondela, de 2/9/1902
para escola do sexo feminino	Acta da C. M. de Tondela, de 4/10/1902
Sabugosa	Acta da C. M. de Tondela, de 23/8/1890
para escola do sexo feminino	Jornal "Folha de Tondela" n.º 1, de 18/2/1906
Mouriz	Acta da C. M. de Tondela, de 14/12/1901
para escola do sexo feminino	Acta da C. M. de Tondela, de 17/1/1903
Ferreirós	Acta da C. M. de Tondela, de 28/12/1901
para escola do sexo feminino	Acta da C. M. de Tondela, de 17/1/1903
Botulho	Acta da C. M. de Tondela, de 7/6/1902
Moleiros	Acta da C. M. de Tondela, de 11/10/1902
Tonda, para escola do sexo masculino	Acta da C. M. de Tondela, de 13/12/1901
para escola do sexo feminino	Acta da C. M. de Tondela, de 11/3/1903
S.º Ovas de Baixo, para escola do sexo masculino	Acta da C. M. de Tondela, de 11/2/1905
Mosteiro	Acta da C. M. de Tondela, de 13/12/1902
Canas	Acta da C. M. de Tondela, de 18/7/1903
Lobão, para escola do sexo masculino	Acta da C. M. de Tondela, de 13/1/1906
Múceras	Acta da C. M. de Tondela, de 20/10/1906
Ermeda	Acta da C. M. de Tondela, de 11/9/1908
Várzea de Lobão	Acta da C. M. de Tondela, de 11/9/1908
Vilar, para escola do sexo feminino	Jornal "Folha de Tondela" n.º 1, de 18/2/1906
Lageosa	Acta da C. M. de Tondela, de 19/10/1910
S. Miguel do Outeiro, para escola do sexo masculino	Copêador de Correspondência do Governo Civil de 28/10/1886
	Acta da C. M. de Tondela, de 11/3/1903
<b>Em casa adaptada:</b>	
Tondela Casa do Aquartelamento de Tropas	Acta da C. M. de Tondela, de 7/10/1869
S. Miguel do Outeiro Casa da Cadern	Acta da C. M. de Tondela, de 5/11/1892

**REGISTO DE EXAMES DO CURSO ELEMENTAR DE INSTRUÇÃO  
PRIMÁRIA (1882 - 1894)**

Distribuição dos alunos por sexo, idade e local de residência

residência	8		9		10		11		12		13		14		15		16		17		18		23		24		25		Total
	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f			
Alarim				1			1																					2	
Berreiro		1	1	2	1	2	3	1	7	1																		19	
Betulho						1																						1	
Cenas						1					1																	2	
Caparrosa			1																									1	
Castelões				2	2	2	2	1	1	2	2	1	1	1	1	1												17	
Dardevez	2	1	2	2	1	2	3																					13	
Guardão					2													1										3	
Lageosa						1	1					1																3	
Lobão		2	6	1	4	3	6	8	2	1																		28	
Molelos					1	9	1								1								1					13	
Mosteiro			2		1	1	2	1					1		1													8	
Mouraz			1	2	1	1	2		1																			8	
Múceres								1		1	2										1							5	
Nandufe			1			1	2	2																				8	
Parada	1				3		2	2																				8	
Paranho						1	1						1	1	1										1			8	
Sabugosa	2	1	3	1	3	2	1	1																				14	
Stª Eulália				2	6	3	1	2	2						1													18	
Santiago			1	1	1	1	1	1	1	2					1													8	
S M Outeiro	2	2	1	1	3		3	1	1	1																		15	
S J Monte					1			1	1																			3	
Silvesse								1							1													3	
Tonda		3	2	3	1	1	2	4	5	10	3	2	1															48	
Tondela	1	1	2	4	1	9	2	12	8	6	3	1	1															51	
V N Ramha							1																					1	
Vãer			1	6	4	3				3																		18	

Total de alunos por idade e sexo

idade \ sexo	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	23	24	25	28
Masculino	8	13	32	58	58	44	15	13	4	4	3	1			1
Feminino		8	8	11	28	7	4	1	2					1	
TOTAL	8	21	40	67	84	51	19	14	6	4	3	1		1	1



**MAPA NUMÉRICO DOS ALUNOS QUE FREQUENTARAM A ESCOLA DE  
ENSINO PRIMÁRIO NOS ANOS DE 1873 A 1875**

Escola e ano	Existiam no princípio do ano	Entraram de novo	Saíram				Ficaram existindo no fim de Agosto			
			Para estudos superiores	Para ocupações	Por diversas causas	Total de saídas				
Santiago (1873/74)	47	10		2	6	8	48			
(1874/75)	48	14		5	11	16	47			
S <sup>te</sup> Eulália (1873/74)	53	6			13	13	48			
(1874/75)	48	17	1		6	7	58			
Tonda (1873/74)	34	42		6	4	10	66			
Lobão (1873/74)	24	13		2		2	35			
Mouraz (1873/74)	52	8		9	4	13	47			
S. J. Monte (f) (1873/74)	8	6		7		7	6			
S. J. Monte (m) a (1874)	34						34			
Lagoa a (1874)	53						53			
(1875-Setembro Ferreirós a (1874)	50				2	2	48			
(1875-Setembro S. M. Outeiro (1874-Setembro)	49	20					49			
(1875-Setembro Barral (n) (1875-Outubro)	49	2					69			
(1875-Outubro) Tondela (1874-Setembro a (1875)	33	33			13	13	35			
(1875-Novemb.) Tondela (1874-Setembro a (1875)	60	8			1	1	60			
(1875-Novemb.) Tondela (1874-Setembro a (1875)	78	6					83			
(1874-Setembro a (1875)	38	53					38			
(1875)	53						53			
Caparrosa noet (1874/75)	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Outubro	Novembro	Janeiro	Fevereiro
(1874/75)	40	30	34	25	25	25	25	30	30	30

(\*) Termo medio diario de frequência de 74 alunos

**ALUNOS PROPOSTOS PARA EXAME DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA  
ELEMENTAR (1885 - 1891)**

Professor proponente	1885		1886		1887		1888		1889		1890		1891		Escola/Freguesia
	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	m	f	
Amélia da Piedade Silva a)										1			2		Barrero
Henrique Nunes Albernaz							2	3	1						Caparrosa
José F. Pais Faria	2			2	b)			2	2						Castelões
Guilhermina Cândida d'O Frere			2	1									1		
António da Assenção												2			Guardão
Guilherme Figueiredo Parera			3			b)									Lagoesa
Hermínia Augusta N. M. Pinto						b)	5					2			Lobão
Maria Adelaide M. Loureiro				2		b)	3					2			
César Augusto R. N. M. Viegas a)	1	1				b)	3								Molelos
Manuel Rodrigues Bandeira									1						Mosteiro
Faustino Lopes de Almeida									1						Múceres
Elizio Almira Hortá e Vale							1				4				Nandufe
Maria Rosa S. Oliveira							b)								Parada
Joaquim A. Peixoto Seabra						b)	6	5	5						Sabugosa
Júlia Beatriz de Sousa								1							
António Rodrigues de Almeida												3			S <sup>ta</sup> Eulália
Adelino P. Figueiredo Leão						b)	1	4							Santiago
Silvestre Luís Campos	2								1						S. M. Outeiro
António Maria P. Silva	5	8	5			b)	5	4	3						Tonda
Maria do Espírito Santo						b)		1							
António José Figueiredo Matos	3	2				b)			3						Tondalir
Maria Encarnação Ramos		1										4			
Virgílio Henrique David a)	1	3	1					4							Vilar
Joaquim Augusto P. Seabra												3			Prof. part. Sabugosa
Henrique Coelho Mota												1			Prof. particular
António Maria P. Silva												3			Prof. part. Tonda
Faustino Lopes de Almeida						b)									Prof. part. Múceres
Bernardo Correia Campos			1												Prof. part. Lobão
António Parera S. P. Barros	1														Prof. part. Tondela
Luís Matos Dias Silva								1							Prof. part. Tondela
Inácia Ferreira Viegas	9	8	4			b)			5						Esc. part. Barrero

a) Não foi possível determinar o nome do professor proponente

b) Não foi possível determinar o número de alunos, sabendo-se, no entanto, que no total fo. am propostos 30 do sexo masculino e 10 do sexo feminino

**Acta da Sessão da Câmara Municipal de Tondela, de 25 de Setembro de 1866<sup>(60)</sup>**

... Sobre o officio circular do Exm<sup>o</sup> Governador Civil, com data de 17 de Outubro de mil oitocentos e sessenta e seis, deliberou a Câmara que se respondesse aos quatro requzitos nele apresentados pela forma seguinte:

1<sup>o</sup> quizito: Em quanto se calcula importar a execução da planta, separado o custo do terreno que haja de ser expropriado, e da construção e das mobílias?

Mal se pode por ora fazer um cálculo razoavelmente aproximado de cada uma destas despesas em particular. Neste concelho e na sua capital para onde o subsídio do Senhor Conde Ferreira se requer, tem se determinado não a mesquinhar de forma alguma a obra projectada nem quanto a qualidade dos materiais a empregar nem quanto ao trabalho artistico dos operários. Ajuda os intuitos desta Câmara a boa qualidade, a abundancia dos materiais a empregar e a sua proximidade do local que à Câmara parece preferivel. Apesar porém de todas estas vantagens não pode calcular-se a despesa total a fazer-se, visto os largos intuitos da Câmara, em menos de dois contos de reis, sendo na construção do edificio aproximadamente em 1 conto e cento e cinquenta mil reis; preço de expropriação do terreno, duzentos mil reis; carretos do material, cento e cinquenta mil reis.

2<sup>o</sup> quizito: Localidade e superficie de terreno que cada uma das Câmaras oferece?

Dos diferentes locais estudados até hoje para a construção da Escola na capital deste concelho, pareceu preferivel um terreno que no fundo da vila à distancia talvez de cinquenta metros da última casa de habitação e talvez de vinte metros da estrada que segue para Viseu, possui a familia Villafanha desta mesma vila. Este local tem reunidas as vantagens seguintes: a proximidade da Vila e das povoações de Valverde e Nandufe, sem ficar distante de Molelos, Molelinhos, Botelho, Mata, Ermida e Carvalho de Tondela, que todos podem sem grande dificuldade concorrer ali. A máxima proximidade da pedra de Valverde, o melhor e mais fino granito deste concelho. O ser inculto o terreno e por isso de pouco valor. O ser vasto e dar por isso extensão que parecer conveniente e que esta Câmara quer mais avantajada do que na planta surge. O ser a localidade mais agradavelmente pitoresca e por isso mais simpaticamente convidativa de quantas cercam esta vila, a estrada de Viseu a distancia a que o seu rumor já não pode perturbar os exercicios. O rio Dinha correndo-lhe em baixo brandamente por entre as ruínas que o bordam e causando os cantos das suas aves ás vozes da infancia que também parecem cantos, tudo isto se usa bem e há de ser strativo das meximas que ali hajam de concorrer. Depois sendo a ponte o passeio favorito em tarde de primavera e estio, as visitas que naturalmente hão de fazer à escola, não serão indifferentes para o accio da casa e para que tanto as Câmaras como o Professor othem pelo cumprimento dos seus respectivos deveres.

3<sup>o</sup> quizito: Se no orçamento municipal está já votada alguma verba para satisfazer a despesa que haja de exceder o legado do Sr. Conde Ferreira?

Não há, mas vai ser immediatamente votada em orçamento suplementar apenas lhe seja concedido o legado do Exm<sup>o</sup> Conde Ferreira, se for a quantia de um conto de reis.

4<sup>o</sup> quizito: Se algumas irmandades e outras corporações ou algum particular oferece donativo?

Sabe-se apenas que um particular oferece dez mil reis e espera-se com bom fundamento que algumas madeiras sejam oferecidas por outros.

(60) Livro 3 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela, Arquivo Distrital da Universidade de Coimbra, Lv 1 (1854-1866)

Senhor

Têm os governos de Vossa Magestade desde longo tempo propugnado pelo desenvolvimento da Instrução como meio eficaz para corrigir a desigualdade das condições sociais, como base de progresso do nosso país nos vários ramos de actividade, e acentua as condições do meio e os próprios elementos com que prodigamente a natureza dotou o nosso, o vosso querido Portugal.

É a Instrução o ponto em torno do qual gira todo o problema social, como em volta do sol, que lhes da vida, giram os corpos da esfera mundial.

É a Instrução nos seus variados graus e especialidades que nós devemos todas essas asombrosas conquistas que nos séculos medievos seriam atribuídas a inspirações divinas; a ela deve a civilização e a humanidade a igualdade dos direitos e de nós portugueses é ela credora na conquista do regime monárquico liberal que Vossa Magestade tão altamente representa, e que nós, de facto, estamos disfrutando.

E óbvios que da Instrução hão de desatar-se, no futuro, novos e mais admiráveis resultados, é em seu nome e representando o benefício e humano principio da sociedade já daquela derivado, que a Associação Artística de Tondela vem rogar a Vossa Magestade a honra indelével de vincular c seu Real nome à criação de uma escola industrial em Tondela, em cujo concelho se movem quatro fabricas, representando indústrias importantes.

A Instrução profissional foi a razão suprema do engrandecimento da Bélgica, um país deserto em condições naturais sem paridade com as nossas. A Instrução profissional constitui nos seus resultados uma legião de forças sociais indispensáveis às lutas da vida moderna.

É imprescindível este ramo de instrução em todos os países que pretendem e devem ter por norma representar um país civilizado e progressivo no grande concerto das Nações.

A Vossa Magestade, pois, roga a Associação Artística de Tondela um meio civilizador, e ele será um passo a juntar áqueles que neste caminho têm sido dados para que Portugal produza, para que o nosso país represente uma força efectiva, no mundo civilizado.

E se a economia do país não permite e antes reclama a redução de despesas públicas, é do programa de vosso governo que - no capítulo Instrução - elas têm de crescer por um alto principio de interesse nacional que a todos os outros sobreleva e como medida de verdadeira salvação se impõe.

Beljando as vontades de Vossa Magestade a Associação de Tondela vos manda calorosamente:

Viva El-Rei D. Carlos  
Viva a Família Real Portuguesa

Aminem:  
Presidente da Assembleia Geral  
Presidente da Direcção  
Vogais e grande número de sócios

## FONTES E OBRAS DE CONSULTA

### A - FONTES MANUSCRITAS

- Arquivo da Universidade de Coimbra:

- . Livro das Actas das Sessões da Câmara Municipal de S. João do Monte (1844)
- . Livro 5 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1854-1866)
- . Livro 6 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1867-1872)
- . Livro 7 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1872-1876)
- . Livro 8 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1876-1881)
- . Livro 10 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1888-1892)
- . Livro 11 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1892-1897)
- . Livro 15 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1901-1903)
- . Livro 16 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1903-1904)
- . Livro 17 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1905-1906)
- . Livro 18 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1906-1909)
- . Livro 20 das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Tondela (1910-1911)
- . Livro de Actas das Sessões da Comissão Inspectoral de Exames de Instrução Primária (1885-1894).
- . Livro Copiador de Correspondência do Governo Civil de Viseu (1884-1891)
- . Livro das Faltas dos Professores
- . Livro de Registo dos Exames do Curso Elementar de Instrução Primária (1892-1894)
- . Livro de Registo de Receltas e Despesas do Fundo de Instrução Primária (1899-1908)
- . Livro de Termos de Autos de Posse e Juramento de Professores (1861-1871)
- . Livro de Termos de Autos de Posse e Juramento de Professores (1871-1877)
- . Livro de Termos de Autos de Posse e Juramento de Professores (1877-1881)
- . Livro de Termos de Autos de Posse e Juramento de Professores (1892-1902)
- . Livro de Termos de Autos de Posse e Juramento de Professores (1902)
- . Mapas do Movimento dos Alunos da Escola Nocturna da Freguesia de Caparrosa (1874-1875)
- . Mapas Numéricos dos Alunos que Frequentaram o Ensino Primário nas Freguesias de Barreiro, Lageosa, Lobão, Mouraz, Santiago e S. João do Monte (1873-1875)
- . Pauta dos Alunos Propostos a Exame do 1º Grau (1894)

### B - FONTES IMPRESSAS

. Revista "A Ilustração" n.º 2, de 20/09/1886

- Biblioteca Tomaz Ribello - Tondela:

- . Jornal "Atalaia de Besteiros" nº 157, de 12/11/1891
- . Jornal "Atalaia de Besteiros" nº 165, de 10/12/1891
- . Jornal "Atalaia de Besteiros" nº 169, de 21/12/1891
- . Jornal "Atalaia de Besteiros" nº 172, de 06/01/1892
- . Jornal "Atalaia de Besteiros" nº 178, de 28/01/1892
- . Jornal "Atalaia de Besteiros" nº 179, de 31/01/1892
- . Jornal "Atalaia de Besteiros" nº 194, de 27/03/1892
- . Jornal "Atalaia de Besteiros" nº 260, de 11/12/1892
- . Jornal "O Tondelense" nº 1, de 30/07/1893
- . Jornal "O Tondelense" nº 2, de 06/08/1893
- . Jornal "O Tondelense" nº 12, de 15/10/1893
- . Jornal "O Tondelense" nº 18, de 26/11/1893
- . Jornal "O Tondelense" nº 22, de 24/12/1893
- . Jornal "O Tondelense" nº 25, de 14/01/1894
- . Jornal "O Tondelense" nº 26, de 21/01/1894
- . Jornal "O Tondelense" nº 34, de 18/03/1894
- . Jornal "O Tondelense" nº 35, de 25/03/1894
- . Jornal "O Tondelense" nº 39, de 22/04/1894
- . Jornal "Folha de Tondela" nº 1, de 18/02/1906, ao nº 85, de 06/10/1907
- . Jornal "Folha de Tondela" nº 95, de 15/12/1907
- . Jornal "Folha de Tondela" nº 96, de 22/12/1907

#### C - OBRAS DE CONSULTA

- ALBUQUERQUE, Luís, *Notas para a História do Ensino em Portugal*, Coimbra, 1960
- AZEVEDO, Rafael Ávila, *Tradição Educativa e Renovação Pedagógica - Subsídios para a História da Pedagogia em Portugal - século XIX*, Porto, 1972
- BRANCO, Fernando Castelo, A. F. *Castilho - Correspondência Pedagógica*, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Investigação Pedagógica, 1975
- CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1986
- CASTILHO, Júlio, *Memórias de Castilho*, 6 vols, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926-1933
- FERREIRA, Alberto (coord.), *Antologia de Textos Pedagógicos do Século XIX*, vol. I, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1971
- FERREIRA, Teófilo, *O Ministério da Instrução Pública e a Centralização do Ensino Primário Oficial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890
- GOMES, Joaquim Ferreira, *Estudos para a História da Educação no Século XIX*, Coimbra, Livraria Almedina, 1980
- GOMES, Joaquim Ferreira, *O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982

- GOMES, Joaquim Ferreira, *A Educação Infantil em Portugal*, Lisboa, INIC, 1986
- GOMES, Joaquim Ferreira, *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859)*, Lisboa, INIC, 1986
- GOMES, Joaquim Ferreira, *Estudos de História e Pedagogia*, Coimbra, Livraria Almedina, 1984
- GOMES, Joaquim Ferreira, *Novos Estudos de História e Pedagogia*, Coimbra, Livraria Almedina, 1986
- MACEDO, António Costa Sousa, *História da Instrução Popular em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871
- MACEDO, António Costa Sousa, *Auroras da Instrução pela Iniciativa Particular*, 2ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1885
- MACHADO, J. Montalvão, *No II Centenário da Instrução Primária (1872-1972)*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional, 1972
- MATOSO, José (coord.), *História de Portugal - O Liberalismo*, vol. V, Lisboa, Editorial Estampa, 1993
- MIRANDA, Jorge, *Textos Históricos de Direito Constitucional*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980
- NÓVOA, António, *Le Temps des Professeurs*, vol. I, Lisboa, INIC, 1987
- Reformas do Ensino em Portugal - 1835-1869*, Tomo I, vol. I, Lisboa, Ministério da Educação, 1989
- Reformas do Ensino em Portugal - 1870-1889*, Tomo I, vol. II, Ministério da Educação, 1991
- ROCHA, Filipe, *Fins e Objectivos do Sistema Escolar Português - Período de 1820 a 1926*, Aveiro, Paisagem, 1984
- SAMPAIO, Salvado, "Escolas Móveis - Contribuição Monográfica". In *Boletim Bibliográfico e Informativo*, nº 9, Lisboa, Centro de Investigação Pedagógica, Fundação C. Gulbenkian, 1969
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Editorial Verbo, 1982
- Sinopse ou Índices Cronológico e Alfabético da Legislação Relativa à Instrução Pública*, Coimbra, 1848
- TORGAL, Luis Reis e VARGUES, Isabel Nobre, *A Revolução de 1820 e a Instrução Pública*, Porto, Paisagem Editora, 1984